

AMOSTRA DA OBRA

[www.editoraferreira.com.br](http://www.editoraferreira.com.br)

Edição  
especial



Ricardo J. Ferreira

# Contabilidade Básica

10ª edição

Teoria e mais de 1.600 questões comentadas

**FINALMENTE**  
você vai aprender contabilidade



*Ferreira*



Ricardo J. Ferreira é graduado em Direito e Ciências Contábeis. Foi auditor interno nos setores público e privado e assessor jurídico da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Editorial da Editora Ferreira e criador da Feira do Concurso, foi recentemente homenageado com a Medalha de Mérito Pedro Ernesto, principal Comenda do Rio de Janeiro.

É professor de Legislação Tributária, Contabilidade e Auditoria, tendo sido aprovado e classificado nos concursos para Técnico do Tesouro Nacional (TTN), Agente Fiscal de Tributos do Estado de Minas Gerais (ICMS/MG), Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo (ICMS/SP), Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional (AFTN), Fiscal de Rendas do Estado do Rio de Janeiro (ICMS/RJ) e Fiscal de Rendas do Município do Rio de Janeiro (ISS/RJ), entre outros.

## Sumário

Capítulo 1 – Introdução .....	1
1 Conceito .....	1
1.1 Contabilidade Teórica .....	1
1.2 Contabilidade Prática .....	3
2 Objeto .....	3
3 Finalidade ou objetivo .....	5
4 Pessoas interessadas nas informações contábeis .....	6
5 Funções .....	8
6 Identificação dos aspectos patrimoniais .....	8
7 Áreas ou ramos .....	9
8 Campo de aplicação .....	10
9 Titular do patrimônio .....	11
9.1 Empresário individual .....	15
9.2 Empresa individual de responsabilidade limitada .....	17
9.3 Sociedades empresárias .....	20
9.3.1 Sociedade em nome coletivo .....	21
9.3.2 Sociedade em comandita simples .....	22
9.3.3 Sociedade limitada .....	23
9.3.4 Sociedade anônima .....	26
9.3.5 Sociedade em comandita por ações .....	30
9.3.6 Sociedade em conta de participação .....	30
Sociedades empresárias – quadro resumo .....	31
10 Dissolução, liquidação e extinção .....	33
11 Técnicas contábeis .....	34
11.1 Escrituração contábil .....	34
11.2 Demonstração .....	35
11.3 Auditoria .....	38
11.4 Análise das demonstrações contábeis ou financeiras .....	41
Questões comentadas .....	42

Capítulo 2 – Patrimônio .....	51
1 Conceito .....	51
2 Bens .....	52
3 Direitos .....	55
3.1 Duplicata .....	56
3.1.1 Duplicata de prestação de serviços .....	60
3.1.2 Remessa e devolução da duplicata .....	60
3.1.3 Pagamento da duplicata .....	61
3.1.4 Protesto da duplicata .....	61
3.1.5 Cobrança judicial da duplicata .....	62
3.1.6 Livro de Registro de Duplicatas .....	63
3.2 Nota promissória .....	63
3.3 Cheque .....	65
Comparação entre títulos de crédito .....	66
4 Obrigações .....	67
5 Situação líquida .....	69
6 Relações entre ativo, passivo exigível e situação líquida .....	79
7 Origens de recursos .....	81
8 Aplicações de recursos .....	83
9 Análise das origens e aplicações .....	84
10 Terminologia contábil .....	85
Exercícios .....	89
Gabarito .....	90
Questões comentadas .....	91
Desafio .....	111
Capítulo 3 – Contas .....	115
1 Conceito .....	115
2 Classificação das contas .....	116
3 Elementos essenciais da conta .....	118
4 Plano de contas .....	121
4.1 Função das contas patrimoniais .....	122
Contas de ativo .....	122
Contas de passivo exigível .....	125
Contas de patrimônio líquido .....	125

5 Sistema de contas .....	126
6 Elenco de contas .....	126
6.1 – Ativo Circulante .....	127
6.2 – Ativo Não Circulante .....	129
6.2.1 – Realizável a Longo Prazo .....	129
6.2.2 – Investimentos .....	129
6.2.3 – Imobilizado .....	130
6.2.4 – Intangível .....	130
6.3 – Passivo Circulante .....	131
6.4 – Passivo Não Circulante .....	132
6.5 – Patrimônio Líquido .....	133
6.6 – Resultado .....	134
6.6.1 – Receitas .....	134
6.6.2 – Despesas .....	135
6.7 – Contas de Compensação .....	138
6.7.1 – Contas de Compensação Ativas .....	138
6.7.2 – Contas de Compensação Passivas .....	138
7 Movimentação das contas .....	139
8 Balancete de verificação .....	143
9 Teoria das contas .....	147
9.1 Teoria Personalística .....	147
9.2 Teoria Materialística .....	149
9.3 Teoria Patrimonialista .....	150
Questões comentadas .....	151
Desafio .....	178
Capítulo 4 – Escrituração contábil .....	185
1 Conceito .....	185
2 Métodos de escrituração .....	185
3 Método das partidas simples .....	187
4 Método das partidas mistas .....	187
5 Método das partidas dobradas .....	188
6 Funcionamento das contas no método das partidas dobradas .....	191
7 Processos de escrituração .....	199
8 Normas legais sobre escrituração .....	200

9 Lançamento contábil .....	204
9.1 Funções do lançamento .....	204
9.2 Elementos essenciais do lançamento .....	205
9.3 Fórmulas de lançamento .....	206
9.4 Erros de escrituração e sua correção .....	209
10 Livros de escrituração .....	213
10.1 Descentralização da contabilidade .....	214
10.2 Livros empresariais ou comerciais .....	214
10.3 Livro Diário .....	215
10.4 Livro-Razão .....	217
10.5 Livros especiais .....	219
10.6 Livros para fins tributários .....	219
10.7 Sped Contábil .....	223
Questões comentadas .....	224
Desafio .....	242
 Capítulo 5 – Despesa .....	245
1 Conceito .....	245
2 Despesa de aluguel .....	248
3 Despesa de juros .....	251
4 Despesa de seguro .....	253
5 Folha de pagamentos .....	255
5.1 Contribuição previdenciária .....	255
5.2 FGTS .....	258
5.3 Salário-família .....	259
6 Adiantamentos a empregados .....	262
7 Provisão para férias .....	262
8 Décimo terceiro salário .....	263
9 Duplicatas Descontadas .....	264
10 Cobrança simples bancária .....	267
Questões comentadas .....	269
Desafio .....	296
 Capítulo 6 – Receita .....	301
1 Conceito .....	301
2 Receita financeira .....	304

3 Receita de venda de mercadorias .....	306
4 Receita de serviços .....	310
5 Receita de aluguel .....	313
6 Reconhecimento da receita .....	314
7 Mensuração da receita .....	315
Apêndice A – Exemplos ilustrativos .....	316
Questões comentadas .....	327
Desafio .....	337
 Capítulo 7 – Apuração do resultado .....	341
1 Conceito .....	341
2 Contas transitórias e permanentes .....	342
3 Encerramento dos saldos das contas de resultado .....	342
4 Transferência do resultado para o patrimônio líquido .....	344
5 Regimes contábeis: regime de caixa e regime de competência .....	353
Questões comentadas .....	361
 Capítulo 8 – Fato administrativo .....	391
1 Conceito .....	391
2 Fato permutativo .....	392
3 Fato modificativo .....	396
4 Fato misto ou composto .....	399
5 Ato administrativo .....	403
6 Insubsistências e superveniências .....	403
Questões comentadas .....	405
 Capítulo 9 – Operações com mercadorias .....	413
1 Sistemas de inventário .....	413
1.1 Sistema de inventário periódico .....	413
1.2 Conta Mercadorias com função mista .....	414
1.3 Método das três contas – conta Mercadorias com função desdobrada .....	417
2 Sistema de inventário permanente .....	428
3 Métodos de avaliação de estoques .....	428
3.1 Ficha de controle de estoque .....	435
3.2 PEPS – solução simplificada .....	439
3.3 Média ponderada fixa .....	445

3.4 Método do varejo .....	445
3.5 Custo específico .....	447
4 CPC 16 (R1) – Estoques .....	447
4.1 Custos de aquisição do estoque .....	452
4.2 Custos de transformação .....	453
4.3 Outros custos .....	457
4.4 Custos de estoque de prestador de serviços .....	458
4.5 Custo do produto agrícola colhido proveniente de ativo biológico .....	459
4.6 Outras formas para mensuração do custo .....	460
4.7 Critérios de valoração de estoque .....	461
4.8 Valor realizável líquido .....	462
4.9 Reconhecimento como despesa no resultado .....	464
Questões comentadas .....	465
Capítulo 10 – Provisões em geral .....	517
1 Espécies de provisões .....	517
2 Provisões relativas a passivos contingentes .....	518
3 Passivos contingentes .....	519
4 Ativos contingentes .....	523
5 Provisão para devedores duvidosos .....	524
Questões comentadas .....	530
Capítulo 11 – Princípios de Contabilidade .....	539
1 Os princípios e sua observância .....	539
2 Conceituação, amplitude e enumeração .....	542
3 Princípio da entidade .....	543
4 Princípio da continuidade .....	545
5 Princípio da oportunidade .....	547
6 Princípio do registro pelo valor original .....	549
7 Princípio da competência .....	554
8 Princípio da prudência .....	556
9 Penalidades .....	558
Questões comentadas .....	559

Capítulo 12 – Nova Estrutura Conceitual comentada (CPC 00) .....	577
1 Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....	577
2 Normas internacionais de contabilidade .....	578
3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) .....	579
4 Nova Estrutura Conceitual comentada .....	581
Questões comentadas .....	665
Capítulo 13 – Contabilidade tributária .....	669
1 Noções básicas sobre tributos .....	669
1.1 Impostos, taxas e contribuições .....	669
1.1.1 Impostos .....	670
1.1.2 Taxas .....	671
1.1.2.1 Contabilização das taxas .....	674
1.1.3 Contribuição de melhoria .....	674
1.1.4 Contribuições especiais ou parafiscais .....	674
1.2 Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública .....	676
1.2.1 Contabilização .....	676
1.3 Empréstimos compulsórios .....	676
1.3.1 Contabilização .....	676
1.4 Atribuições da lei complementar .....	676
1.5 Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	678
1.6 Participações governamentais .....	681
1.6.1 Participação especial .....	682
2 Retenção na fonte realizada pela administração pública federal .....	683
2.1 Pessoas obrigadas à retenção .....	683
2.2 Contabilização .....	686
2.3 Hipóteses em que não se aplica a retenção .....	690
2.4 Prazo de recolhimento .....	692
2.5 Infrações e penalidades .....	692
2.6 Tratamento dos valores retidos .....	693
3 Imposto de Renda retido na fonte .....	693
3.1 Rendimentos sujeitos à retenção .....	693
3.2 Rendimentos do trabalho .....	694
3.3 Rendimentos de capital .....	695
3.4 Tratamento contábil .....	696
3.5 Décimo terceiro salário .....	696

3.6 Férias .....	697
3.7 Ônus do imposto assumido pela fonte pagadora .....	698
4 Imposto de Renda da pessoa jurídica .....	698
4.1 Lucro real .....	698
4.1.1 Contribuintes obrigados à apuração do lucro real .....	699
4.1.1.1 Adições .....	700
4.1.1.2 Exclusões .....	701
4.1.1.3 Compensações .....	702
4.1.1.4 Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur .....	705
4.2 Lucro presumido .....	710
4.3 Lucro arbitrado .....	713
4.4 Adicional do Imposto de Renda .....	714
5 CSLL – contribuição social sobre o lucro líquido .....	714
5.1 Base de cálculo .....	714
5.2 CSLL com base no lucro presumido ou arbitrado .....	718
6 ICMS .....	720
6.1 Conceito de mercadoria .....	721
6.2 Não cumulatividade .....	722
6.3 Isenção e não incidência – vedação ao crédito .....	724
6.4 Seletividade .....	725
6.5 Operações e prestações interestaduais com consumidor final .....	726
6.6 ICMS na importação .....	727
6.7 Imunidades .....	731
6.8 Base de cálculo .....	732
6.9 Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir .....	735
6.10 Convênios – Lei Complementar nº 24/75 .....	735
6.11 Substituição tributária .....	739
6.12 Tratamento do ICMS nas compras de mercadorias .....	742
6.13 ICMS e frete nas compras .....	746
6.14 ICMS incidente nas vendas de mercadorias .....	747
6.15 IPI nas vendas .....	749
7 PIS e Cofins na aquisição de mercadorias e serviços .....	750
7.1 PIS/Cofins – regime de incidência cumulativa .....	751
7.2 PIS/Cofins – regime de incidência não cumulativa .....	754
7.2.1 Créditos do PIS/Cofins sobre o IPI .....	763
7.3 PIS/Pasep sobre a folha de salários .....	765
7.4 PIS/Pasep e Cofins na importação .....	767

7.5 Isenções do PIS/Pasep e Cofins .....	767
8 Cide-Combustíveis .....	768
8.1 Fatos geradores .....	769
8.2 Contribuintes .....	769
8.3 Responsáveis .....	770
8.4 Base de cálculo .....	770
8.5 Dedução do valor devido em operação anterior .....	771
8.6 Alíquotas .....	771
8.7 Pagamento .....	772
8.8 Dedução do PIS/Cofins .....	774
9 Imposto sobre serviços – ISS .....	774
9.1 Incidência .....	774
9.2 Fato gerador .....	775
9.3 Interpretação da lista de serviços .....	776
9.4 Local da prestação do serviço .....	777
9.5 Estabelecimento prestador dos serviços .....	782
9.6 Contribuinte .....	782
9.7 Responsável .....	783
9.8 Não incidência .....	785
9.9 Alíquotas .....	787
9.10 Base de cálculo .....	787
9.10.1 O ISS integra sua própria base de cálculo .....	789
9.11 Autônomo .....	790
9.12 Ressalvas relativas ao ICMS na lista de serviços .....	790
9.13 Fornecimento de alimentação e bebidas .....	791
9.14 Contabilização do ISS .....	792
10 Contribuição previdenciária (INSS) .....	793
10.1 Fato gerador .....	794
10.2 Ocorrência do fato gerador .....	795
10.3 Bases de cálculo .....	797
10.3.1 Parcelas não integrantes da base de cálculo .....	801
10.4 Alíquotas .....	804
11 Regime Tributário de Transição – RTT .....	805
12. EFD-Contribuições .....	808
12.1 Obrigatoriedade e dispensa .....	808
12.2 Forma e prazo de apresentação .....	811
12.3 Retificação da escrituração .....	812

Capítulo 14 – Tributos sobre o lucro .....	813
1 Conceito .....	813
1.1 Diferenças temporárias .....	816
1.1.1 Diferenças temporárias tributáveis .....	816
1.1.2 Diferenças temporárias dedutíveis .....	817
1.2 Adições e exclusões temporárias .....	817
1.3 Adições e exclusões permanentes .....	819
1.4 Tributos correntes .....	819
1.5 Reconhecimento de passivos fiscais diferidos .....	820
1.6 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos .....	820
1.7 Ajustes a valor presente .....	822
1.8 Reconhecimento de despesa ou receita tributária .....	822
1.9 Consequências tributárias dos dividendos .....	823
1.10 Compensação .....	823
Questões comentadas .....	824
 Capítulo 15 – Demonstrações contábeis – Lei das S/A .....	831
1 Lei das Sociedades por Ações .....	831
2 Constituição da sociedade anônima .....	831
3 Exercício social .....	833
4 Demonstrações contábeis obrigatórias .....	835
4.1 Finalidade das demonstrações contábeis .....	841
5 Demonstrações comparativas .....	842
6 Agrupamento de contas semelhantes .....	843
7 Agrupamento de pequenos saldos .....	843
8 Proposta de destinação dos lucros .....	844
9 Demonstrações contábeis complementares .....	844
10 Notas explicativas .....	845
10.1 Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais .....	848
10.2 Investimentos relevantes .....	848
10.3 Ajustes de avaliação patrimonial .....	849
10.4 Ônus reais, garantias e outras responsabilidades .....	850
10.5 Empréstimos de longo prazo .....	850
10.6 Número, espécies e classes das ações do capital .....	850
10.7 Opções de compra de ações .....	851

10.8 Ajustes de exercícios anteriores .....	851
10.9 Eventos subsequentes ao encerramento do exercício .....	851
11 Modificação de métodos ou critérios contábeis .....	852
12 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro .....	853
12.1 Políticas contábeis .....	853
12.2 Mudança de estimativa .....	853
12.3 Retificação de erro .....	854
13 Responsáveis pelas demonstrações contábeis .....	855
14 Documentos da administração .....	856
15 Sociedades de grande porte .....	858
16 Contabilidade para pequenas e médias empresas .....	858
16.1 Conjunto completo de demonstrações contábeis para PMEs .....	859
17 Modelo contábil para microempresas e empresas de pequeno porte .....	860
17.1 Carta de Responsabilidade .....	861
17.2 Escrituração .....	861
17.3 Conjunto obrigatório de demonstrações contábeis .....	861
17.4 Modelos .....	861
18 Divulgação sobre partes relacionadas .....	861
18.1 Conceito .....	862
18.2 Finalidade da divulgação sobre partes relacionadas .....	863
18.3 Divulgação para todas as entidades .....	864
19 Informações por segmento .....	864
Questões comentadas .....	866
 Capítulo 16 – Demonstração do resultado do exercício .....	877
1 Conceito .....	877
2 Estrutura da DRE conforme a Lei das S/A .....	877
3 Estrutura da DRE conforme o CPC 26 (R1) .....	881
3.1 Resultado líquido do período .....	882
3.2 Informação na DRE ou nas notas explicativas .....	883
4 Deduções da receita bruta das vendas e serviços .....	885
4.1 Devoluções de vendas .....	887
4.2 Devoluções de vendas de exercícios anteriores .....	889
4.3 Abatimentos concedidos sobre vendas e serviços .....	890
4.4 Descontos concedidos incondicionalmente .....	890
4.5 Tributos incidentes sobre vendas .....	891

5	Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos .....	892
6	Despesas operacionais .....	896
6.1	Despesas operacionais com vendas .....	896
6.2	Despesas operacionais financeiras .....	897
6.3	Despesas operacionais gerais e administrativas .....	898
6.4	Outras despesas operacionais .....	898
7	Outras receitas operacionais .....	900
8	Outras receitas e outras despesas .....	903
9	Resultado de operações descontinuadas .....	906
10	Participações .....	908
10.1	Prejuízos acumulados no cálculo das participações .....	915
10.2	Cálculo do lucro real com participações .....	917
11	Lucro ou prejuízo líquido por ação .....	918
12	Demonstração do resultado abrangente .....	919
13	Juros sobre o capital próprio .....	922
14	Ebitda .....	925
	Questões comentadas .....	927
	Capítulo 17 – Balanço patrimonial .....	965
1	Conceito .....	965
1.1	Composição do balanço conforme o CPC 26 (R1) .....	965
2	Critério de disposição das contas no ativo .....	966
3	Critério de disposição das contas no passivo .....	968
4	Compensação de saldos devedores e credores .....	971
5	Composição do ativo .....	973
6	Ativo circulante .....	973
6.1	Disponibilidades .....	973
6.2	Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente .....	979
6.3	Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte .....	981
6.3.1	Operações com seguros .....	981
6.3.2	Registro de operações com juros antecipados .....	984
7	Ativos especiais .....	987
7.1	Método da efetiva utilização .....	988
7.2	Método das quotas arbitradas .....	988
8	Ativo não circulante realizável a longo prazo .....	988

8.1	Direitos realizáveis de longo prazo .....	989
8.2	Depósitos judiciais .....	990
8.3	Operações não usuais com pessoas ligadas .....	991
8.4	Despesas antecipadas de longo prazo .....	993
9	Classificação de acordo com o ciclo operacional .....	995
10	Demonstrações intermediárias .....	996
11	Avaliação do ativo circulante e do realizável a longo prazo .....	997
11.1	Avaliação das disponibilidades .....	998
11.2	Avaliação de imóveis destinados à venda .....	999
11.3	Avaliação dos investimentos temporários em ações .....	999
11.4	Avaliação das mercadorias .....	1001
11.5	Avaliação das matérias-primas .....	1004
11.6	Avaliação dos produtos em elaboração e acabados .....	1006
11.7	Avaliação dos produtos agrícolas e extrativos .....	1009
12	Ajuste de ativo de longo prazo a valor presente .....	1010
	Questões comentadas .....	1016
	Capítulo 18 – Instrumentos financeiros .....	1055
1	Instrumentos financeiros .....	1055
1.1	Espécies de instrumentos financeiros ativos .....	1055
1.2	Crerios de avaliação .....	1056
1.3	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado .....	1057
1.4	Investimentos mantidos até o vencimento .....	1058
1.5	Empréstimos e contas a receber .....	1059
1.6	Ativos financeiros disponíveis para venda .....	1060
1.7	Apuração do valor justo .....	1064
1.8	Derivativo .....	1065
1.8.1	Mercado futuro .....	1066
1.8.2	Mercado a termo .....	1066
1.8.3	Mercado de opções .....	1067
1.8.3.1	Opção de compra .....	1067
1.8.3.2	Opção de venda .....	1068
1.8.4	Mercado de <i>swaps</i> .....	1070
1.9	<i>Hedge</i> .....	1070
	Questões comentadas .....	1072

Capítulo 19 – Ativo não circulante .....	1077
1 Composição do ativo não circulante .....	1077
1.1 Investimentos permanentes .....	1077
1.1.1 Demais investimentos permanentes .....	1078
1.1.2 Propriedade para investimento .....	1079
1.1.3 Critérios de avaliação dos demais investimentos permanentes .....	1083
1.2 Imobilizado .....	1085
1.2.1 Critério para registro dos bens de uso permanente no imobilizado ...	1086
1.2.2 Imobilizações em andamento .....	1088
1.2.3 Benfeitorias em propriedades de terceiros .....	1088
1.2.4 Custo de aquisição ou produção do imobilizado .....	1091
1.2.5 Bens do imobilizado <i>versus</i> materiais de uso ou consumo .....	1094
1.2.6 Gastos com reparos, conservação ou substituição .....	1096
1.2.7 Critérios de avaliação do ativo imobilizado .....	1096
1.2.7.1 Depreciação de edificações .....	1099
1.2.7.2 Bens utilizados na exploração de recursos minerais e florestais ....	1100
1.2.7.3 Determinação do tempo de vida útil .....	1101
1.2.7.4 Método da soma dos dígitos .....	1103
1.2.7.5 Depreciação de bens usados .....	1104
1.2.7.6 Depreciação acelerada contábil .....	1104
1.2.7.7 Depreciação acelerada incentivada .....	1105
1.3 Ativo biológico .....	1105
1.4 Intangível .....	1107
1.4.1 Identificação .....	1109
1.4.2 Controle .....	1110
1.4.3 Reconhecimento .....	1111
1.4.4 Fase de pesquisa .....	1112
1.4.5 Fase de desenvolvimento .....	1113
1.4.6 Método de custo .....	1116
1.4.7 Período e método de amortização .....	1116
1.4.7.1 Ativo intangível com vida útil definida .....	1116
1.4.7.2 Ativo intangível com vida útil indefinida .....	1118
1.5 Diferido (extinto) .....	1118
1.6 Exaustão .....	1121
1.7 Ativo qualificável e custos de empréstimos .....	1122

1.8 Ativo não circulante mantido para venda .....	1123
Questões comentadas .....	1125
Capítulo 20 – Arrendamento mercantil .....	1149
1 Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) .....	1149
1.1 Características e classificação do arrendamento mercantil .....	1149
1.2 Arrendamento mercantil financeiro no arrendatário .....	1153
1.3 Arrendamento mercantil operacional no arrendatário .....	1156
1.4 Arrendamento mercantil financeiro no arrendador .....	1157
1.5 Arrendamento mercantil operacional no arrendador .....	1160
1.6 Transação de venda e <i>leaseback</i> .....	1160
Questões comentadas .....	1163
Capítulo 21 – Redução ao valor recuperável de ativos .....	1169
1 Análise sobre a recuperação .....	1169
1.1 Identificação de ativo que pode estar desvalorizado .....	1175
1.2 Mensuração do valor recuperável .....	1177
1.3 Valor recuperável de intangível com vida útil indefinida .....	1178
1.4 Valor justo líquido de despesa de venda .....	1179
1.5 Valor em uso .....	1180
1.6 Estimativas de fluxos de caixa futuros .....	1181
1.7 Reconhecimento e mensuração de perda por desvalorização .....	1185
1.8 Momento dos testes de redução ao valor recuperável .....	1188
1.9 Desvalorização em uma unidade geradora de caixa .....	1188
1.10 Reversão de perda por desvalorização para ativo individual .....	1189
Questões comentadas .....	1192
Capítulo 22 – Participações permanentes .....	1201
1 Conceito .....	1201
2 Critérios de avaliação das participações permanentes .....	1202
3 Método da equivalência patrimonial .....	1208
3.1 Aplicação da equivalência patrimonial .....	1212
3.2 Ágio na aquisição de participação permanente .....	1215
3.3 Deságio na aquisição de participação permanente .....	1216

3.4	Ágio (mais-valia) e deságio com base no valor de mercado do ativo .....	1216
3.5	Ágio ( <i>goodwill</i> ) e deságio com base em rentabilidade futura .....	1216
3.6	Ágio e deságio por fundo de comércio, intangíveis e outras razões .....	1219
3.7	Amortização do ágio e tratamento dado ao deságio .....	1219
4	Método do custo de aquisição .....	1221
4.1	Dividendos recebidos .....	1221
5	Realização de capital .....	1221
6	Provisão para perdas permanentes .....	1222
7	Ações ou cotas bonificadas .....	1222
8	Resultado não realizado .....	1223
8.1	Venda da controladora para controlada .....	1223
8.2	Venda de controlada para a controladora .....	1224
8.2.1	Apuração do resultado na equivalência patrimonial .....	1224
8.3	Resultados entre o investidor e coligada .....	1225
9	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes .....	1226
10	Perdas permanentes em investimentos avaliados pela equivalência .....	1227
11	Negócios em conjunto .....	1229
	Questões comentadas .....	1231

## Capítulo 23 – Passivo circulante e não circulante ..... 1243

1	Conceito .....	1243
2	Classificação de acordo com o ciclo operacional .....	1244
3	Classificação de acordo com o exercício social .....	1244
4	Despesas financeiras e variações monetárias passivas .....	1245
5	Encargos financeiros (juros) a transcorrer .....	1246
6	Dívidas de operações não usuais com pessoas ligadas .....	1248
7	Critérios de avaliação do passivo exigível .....	1248
8	Obrigações, encargos e riscos .....	1250
9	Obrigações em moeda estrangeira .....	1251
10	Obrigações em moeda nacional .....	1252
11	Deságio na emissão de debêntures .....	1253
12	Prêmio recebido na emissão de debêntures .....	1254
13	Custo de transação na emissão de debêntures .....	1257
14	Doações e subvenções .....	1258
15	Subvenções para investimentos mediante incentivos fiscais .....	1259

16	Benefícios a empregados .....	1260
16.1	Passivo atuarial .....	1267
17	Ajuste de passivo não circulante a valor presente .....	1267
18	Resultados de exercícios futuros e receitas diferidas .....	1271
	Questões comentadas .....	1274

## Capítulo 24 – Patrimônio líquido ..... 1285

1	Composição .....	1285
1.1	Capital social .....	1286
1.1.1	Gastos com emissão de títulos patrimoniais .....	1288
1.2	Reservas de capital .....	1291
1.2.1	Ágio na emissão de ações .....	1292
1.2.1.1	Ágio na conversão de debêntures em ações .....	1293
1.2.2	Produto da alienação de partes beneficiárias .....	1294
1.2.3	Produto da alienação de bônus de subscrição .....	1295
1.2.4	Prêmio na emissão de debêntures (extinta) .....	1296
1.2.5	Doações e subvenções para investimentos (extinta) .....	1297
1.2.6	Utilização das reservas de capital .....	1298
1.2.7	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) .....	1300
1.3	Ajustes de avaliação patrimonial .....	1301
1.4	Reserva de reavaliação (extinta) .....	1303
1.5	Reservas de lucros .....	1305
1.5.1	Reserva legal .....	1306
1.5.1.1	Limites da reserva legal .....	1308
1.5.1.2	Limite facultativo da reserva legal .....	1311
1.5.1.3	Complementação do limite facultativo .....	1311
1.5.2	Reservas estatutárias .....	1312
1.5.3	Reservas para contingências .....	1314
1.5.4	Reserva de incentivos fiscais .....	1316
1.5.5	Reserva de retenção de lucros .....	1318
1.5.6	Reserva de lucros a realizar .....	1319
1.5.7	Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos .....	1322
1.5.8	Limite das reservas de lucros em relação ao capital social .....	1322
1.6	Ações em tesouraria .....	1325
1.7	Dividendo obrigatório e dividendo adicional proposto .....	1327
1.8	Dividendos ou lucros antecipados .....	1328

1.9 Destinação do lucro remanescente .....	1328
1.10 Lucros ou prejuízos acumulados .....	1329
Questões comentadas .....	1337

## Capítulo 25 – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ..... 1355

1 Conceito .....	1355
2 Estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados .....	1357
2.1 Saldo do início do período .....	1357
2.2 Ajustes de exercícios anteriores .....	1357
2.2.1 Mudança de critério contábil .....	1358
2.2.2 Retificação de erro .....	1358
2.3 Reversões de reservas de lucros .....	1359
2.4 Lucro ou prejuízo líquido do exercício .....	1360
2.5 Transferências para reservas de lucros .....	1360
2.6 Dividendos propostos .....	1361
2.7 Parcela dos lucros incorporada ao capital .....	1361
2.8 Dividendos intermediários .....	1361
Questões comentadas .....	1364

## Capítulo 26 – Dividendos ..... 1371

1 Conceito .....	1371
2 Base para atribuição do dividendo .....	1372
3 Direito de reembolso em caso de redução do dividendo .....	1372
4 Cálculo do dividendo na hipótese de omissão do estatuto .....	1372
5 Reservas estatutárias e retenção de lucros .....	1376
6 Alteração do estatuto omissivo sobre o cálculo dos dividendos .....	1376
7 Retenção dos dividendos na companhia fechada .....	1378
8 Reserva especial – dividendos obrigatórios não distribuídos .....	1378
9 Dividendos intermediários .....	1378
10 Pagamento dos dividendos .....	1379
11 Destinação do lucro remanescente .....	1380
Questões comentadas .....	1382

Capítulo 27 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	1391
1 Aspectos legais .....	1391
Questões comentadas .....	1401

## Capítulo 28 – Demonstração dos fluxos de caixa ..... 1405

1 Conceitos .....	1405
2 Fluxos das operações .....	1409
3 Fluxos dos financiamentos .....	1410
4 Fluxos dos investimentos .....	1413
5 Métodos de elaboração .....	1414
5.1 Método direto .....	1414
5.1.1 Identificação de recebimentos e pagamentos .....	1416
5.2 Método indireto .....	1420
5.2.1 Receitas que não afetam os fluxos de caixa .....	1429
5.2.2 Despesas que não afetam os fluxos de caixa .....	1431
6 Juros e dividendos .....	1432
7 Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido .....	1433
8 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa .....	1433
Questões comentadas .....	1435

## Capítulo 29 – Demonstração do valor adicionado ..... 1453

1 Conceitos .....	1453
2 Aspectos legais .....	1456
3 Modelo proposto pelo CPC .....	1457
Modelo I – demonstração do valor adicionado – empresas em geral .....	1457
Questões comentadas .....	1470

## Capítulo 30 – Demonstrações consolidadas ..... 1477

1 Aspectos legais e objetivo .....	1477
2 Aplicação da consolidação .....	1483
3 Participação de acionistas não controladores .....	1489
4 Resultados não realizados nos estoques .....	1493

5 Resultados não realizados no ativo não circulante .....	1498
6 Ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) .....	1499
7 Impostos na consolidação .....	1499
7.1 Imposto de Renda .....	1500
7.2 ICMS, IPI, PIS, Cofins e ISS .....	1502
8 Demonstração do resultado consolidado .....	1503
9 Ativo diferido no consolidado .....	1504
Questões comentadas .....	1507

Capítulo 31 – Matriz, filial, agência e sucursal .....	1517
1 Matriz .....	1517
2 Filial .....	1517
3 Agência .....	1518
4 Sucursal .....	1519
5 Contabilização .....	1520
6 Resultados entre estabelecimentos .....	1520
Questões comentadas .....	1522

Capítulo 32 – Concentração e extinção de sociedades .....	1525
1 Aspectos gerais .....	1525
2 Protocolo .....	1527
3 Justificação .....	1528
4 Formação do capital .....	1528
5 Combinação de negócios .....	1529
6 Incorporação .....	1534
6.1 Contabilização na incorporação .....	1536
6.2 Incorporação com participação de uma sociedade na outra .....	1537
7 Fusão .....	1537
7.1 Contabilização na fusão .....	1539
8 Cisão .....	1540
8.1 Contabilização na cisão .....	1542
9 Direitos dos debenturistas .....	1543
10 Direitos dos credores na incorporação ou fusão .....	1544
11 Direitos dos credores na cisão .....	1544

12 Averbação da sucessão .....	1544
13 Participação recíproca .....	1544
14 Incorporação de companhia controlada .....	1545
15 Compensação de prejuízos fiscais .....	1545
Questões comentadas .....	1547

Capítulo 33 – Conversão de demonstrações em moeda estrangeira .....	1553
1 Objetivo .....	1553
2 Alcance .....	1553
3 Definições .....	1554
4 Moeda funcional .....	1555
5 Investimento líquido em entidade no exterior .....	1556
6 Itens monetários e não monetários .....	1557
7 Reconhecimento inicial .....	1558
8 Apresentação ao término de períodos de reporte subsequentes .....	1558
9 Reconhecimento de variação cambial .....	1559
10 Conversão das demonstrações contábeis .....	1560
10.1 Conversão de ativo e passivo .....	1560
10.2 Conversão de receitas e despesas .....	1560
10.3 Variações cambiais .....	1561
10.4 Conversão de entidade no exterior .....	1565
10.5 Baixa total ou parcial de entidade no exterior .....	1565
11 Efeitos inflacionários .....	1566
12 Correção monetária integral .....	1566
Questões comentadas .....	1567

Bibliografia e páginas da internet .....	1575
--	------

## 1 Conceito

Os elementos que compõem o patrimônio e suas alterações são controlados por meio de contas, cuja função é **registrar** e **expor** os bens, os direitos, as obrigações e a situação líquida patrimonial, além das receitas e despesas, com base nas quais são apurados os lucros ou prejuízos decorrentes das atividades da empresa.

Existem contas que registram os bens, os direitos, as obrigações e o patrimônio líquido. São denominadas contas **patrimoniais**, pois representam os itens que constituem o patrimônio e sua situação líquida. Há também contas **de resultado**, que indicam as variações **positivas** (receitas) e **negativas** (despesas) ocorridas no patrimônio, em virtude das atividades empresariais, e possibilitam a apuração dos lucros ou prejuízos em cada exercício.

01. (Inédita) Indicam as variações positivas e negativas na situação líquida em virtude das atividades econômicas empresariais:

- a) contas do ativo e do passivo.
- b) contas do ativo, somente.
- c) contas patrimoniais.
- d) contas do patrimônio líquido.
- e) contas de resultado.

As contas de resultado servem para evidenciar a variação na situação líquida causada pelos lucros ou prejuízos. Gabarito: E

Desse modo, para cada **bem** ou **agrupamento** de bens, direitos, obrigações ou situação líquida, há uma conta específica. Da mesma forma, as modificações do patrimônio, positivas ou negativas, provocadas pelas atividades da empresa são representadas por contas de resultado.

Na linguagem contábil, uma partida consiste no registro a débito ou a crédito de uma conta. Dizem-se partidas dobradas quando o mesmo valor é debitado em uma ou mais

contas e creditado em uma ou mais contas. Ou seja, existe uma partida a débito e uma contrapartida a crédito, por igual valor.

Uma conta pode ser constituída por diversas partidas a débito e a crédito. Se o total lançado a débito é superior ao total lançado a crédito, diz-se que ela tem saldo devedor. Se o total lançado a crédito supera o total a débito, o saldo é credor.

## 2 Classificação das contas

1 – Quanto aos **elementos** que registram, as contas podem ser divididas assim:

- a) **patrimoniais** – registram os bens, os direitos e as obrigações, além da situação líquida;
- b) **de resultado** – registram as receitas e as despesas;
- c) **de compensação** – registram os principais atos administrativos. De um modo geral, as empresas não utilizam contas de compensação. Todavia, por determinação do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras são obrigadas a escriturar, por meio de contas de compensação, os atos administrativos relevantes. As pessoas jurídicas de direito público também são obrigadas, por lei, a utilizar contas de compensação.

2 – Quanto à **natureza** do **saldo**, as contas podem ser:

- a) **devedoras** – são de natureza devedora as contas do ativo, de despesa, retificadoras do passivo exigível e retificadoras do patrimônio líquido;
- b) **credoras** – são de natureza credora as contas do passivo exigível, do patrimônio líquido, de receita e retificadoras do ativo.

02. (Inédita) Em regra, as contas do ativo, passivo exigível, patrimônio líquido, receita e despesa são de natureza, respectivamente:

- a) devedora, credora, credora, devedora e credora.
- b) credora, credora, credora, devedora e credora.
- c) devedora, credora, credora, credora e devedora.
- d) credora, devedora, devedora, devedora e credora.
- e) devedora, credora, credora, devedora e devedora.

As contas do ativo (com exceção das retificadoras) e de despesas são devedoras; as de passivo exigível, patrimônio líquido (exceto as retificadoras) e receita são credoras. Gabarito: C

Conta **retificadora**, também denominada conta redutora, diminutiva ou negativa, é a que tem a função de **reduzir** o saldo de outra conta, como é o caso das contas Depreciação Acumulada (retificadora do ativo) e Capital a Realizar (retificadora do PL).

03. (Inédita) A conta Depreciação Acumulada pode ser classificada como

- a) redutora do ativo e credora.
- b) retificadora do ativo e devedora.
- c) negativa do passivo e credora.
- d) positiva do ativo e credora.
- e) retificadora de resultado e credora.

De natureza credora, a conta Depreciação Acumulada é retificadora de contas que registram bens materiais de uso permanente. Gabarito: A

04. (Contador/Cespe) Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras serão apresentados como valores redutores das contas ou grupo de contas que lhes deram origem.

- ( ) certo
- ( ) errado

As contas retificadoras podem ser redutoras do ativo, do passivo exigível ou do patrimônio líquido. Gabarito: certo.

05. (Analista/Cespe) A conta depreciação acumulada é patrimonial e redutora do ativo.

- ( ) certo
- ( ) errado

Veja um exemplo:

<i>Ativo</i>	
Veículos	1.000
( - ) Depreciação Acumulada	( 400)
Valor contábil	600

Gabarito: certo.

3 – Quanto à **variação** na natureza do **saldo**, as contas podem ser:

- a) **estáveis** – são as contas cujo saldo só pode ser devedor ou credor, sem variação (em regra, as contas são estáveis);

- b) **instáveis** – são as contas cujo saldo ora pode ser devedor, ora, credor. É o caso, por exemplo das contas: Resultado do Exercício; Mercadorias, quando utilizada com função mista; e Contas-Correntes, que registra, por exemplo, débitos e créditos com um mesmo cliente ou fornecedor.

4 – Quanto à **movimentação** que sofrem, as contas podem ser:

- a) **unilaterais** – em regra, recebem registro apenas a débito ou apenas a crédito. É o caso das contas Capital Social, em geral creditada, e Veículos, normalmente debitada. A conta Capital Social eventualmente pode ser debitada, em virtude, por exemplo, da saída de um sócio da sociedade. Ainda assim, ela é conta unilateral, pois a regra é que seja creditada;
- b) **bilaterais** – são contas que regularmente recebem registro tanto a débito quanto a crédito. É o caso das contas Caixa e Fornecedores.

5 – Quanto à necessidade de **desdobramento** ou divisão, as contas podem ser:

- a) **sintéticas** – são as contas não divididas em subcontas;
- b) **analíticas** – são as contas divididas em subcontas. A conta Bancos Conta Movimento, por exemplo, normalmente é desdobrada em subcontas, de acordo com o número de instituições financeiras em que a empresa mantém conta bancária (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal). O total dos saldos das subcontas deve ser igual ao saldo da conta.

06. (Inédita) A conta que só pode apresentar saldo devedor, nunca credor, é classificada como

- a) unilateral.  
b) bilateral.  
c) sintética.  
d) estável.  
e) analítica.

Contas estáveis são aquelas cujo saldo só pode ser devedor ou credor, sem variação, como por exemplo a conta Caixa, que só pode ter saldo devedor (se não for igual a zero). Gabarito: D

### 3 Elementos essenciais da conta

No **livro-Razão**, há o controle do movimento a débito, do movimento a crédito e do saldo de cada conta:

Título da Conta:

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo D/C

Considerando a ficha anterior, os elementos essenciais da conta são:

- ✓ título (nome);
- ✓ data da ocorrência do fato contábil;
- ✓ histórico do fato contábil;
- ✓ valor debitado;
- ✓ valor creditado;
- ✓ saldo.

#### 07. (Esaf/Adaptada) Itens

- Título
- Estorno
- Ativo
- Data da Operação
- Saldo
- Situação Líquida
- Valor do Débito
- Valor do Crédito
- Local

Os elementos essenciais da conta constantes dos itens relacionados são em números de

- a) seis.  
b) sete.  
c) quatro.  
d) oito.  
e) cinco.

Dos elementos essenciais, num total de seis, apenas cinco são apresentados na questão: título, data da operação, saldo, valor do débito e valor do crédito. Gabarito: E

Para efeitos didáticos, a conta é representada na forma de um “T”, denominado **razonete** por ser uma representação resumida de uma página do livro-Razão:

Título da Conta	
Débito	Crédito
Saldo Devedor	Saldo Credor

Assim, essa é a forma mais usual de apresentação de uma conta, reunindo os seguintes elementos:

- 1 - título;
- 2 - valor debitado;
- 3 - valor creditado;
- 4 - saldo.

Vejamos dois exemplos de contas resumidas:

Caixa		Fornecedores	
4.000	500	1.500	3.000
200	1.700	300	
2.000			1.200

A conta Caixa tem saldo devedor de 2.000, e a Fornecedores, saldo credor de 1.200.

Vejamos um exemplo de controle das contas por meio de razonetes.

Os fatos contábeis apresentados em seguida são relativos a uma empresa em seu 1º mês de atividades:

01. Constituição da sociedade com o capital social inicial realizado integralmente em dinheiro = 5.000.
02. Compra à vista de móveis e utensílios de escritório = 500.
03. Depósito bancário = 2.000.
04. Compra a prazo de mercadorias, com aceite de duplicatas = 3.000.
05. Compra à vista de mercadorias mediante pagamento em moeda = 1.000.
06. Compra à vista de veículos para uso, com pagamento em cheque = 600.
07. Pagamento em moeda de parte da dívida com fornecedores de mercadorias = 700.
08. Saque bancário = 1.200.
09. Obtenção de um empréstimo bancário = 2.500.
10. Pagamento em cheque da parte restante da dívida com os fornecedores = 2.300.

Caixa		Capital Social	Móveis e Utensílios	Bancos Conta Movimento		Mercadorias	
5.000	500	5.000	500	2.000	600	3.000	
1.200	2.000			2.500	1.200	1.000	
	1.000				2.300		
	700						
2.000				400		4.000	

Duplicatas a Pagar	Veículos	Empréstimos Bancários
700	600	2.500
2.300		
0		

08. (Analista/TRT-24ª/FCC/2011) Em dezembro de 2010, o banco debitou R\$ 25.000,00 na conta da empresa referente a juros sobre empréstimos, tendo enviado o aviso bancário em 5 de janeiro de 2011. Considerando esses juros como único item pendente, o valor de R\$ 25.000,00, na conciliação bancária do mês de dezembro/2010, deverá ser apresentado da seguinte forma:

- a) redução do saldo do extrato.
- b) aumento do saldo do extrato.
- c) aumento do saldo do razão analítico.
- d) redução do saldo do razão analítico.
- e) sem alterações nos saldos do extrato e razão analítico.

Na linguagem bancária, baseada no método das partidas simples, o débito na conta-corrente bancária tem efeito negativo sobre o saldo, enquanto na contabilidade, ancorada no método das partidas dobradas, a conta Bancos Conta Movimento deve ser creditada para indicar a diminuição de seu saldo. Gabarito: D

## 4 Plano de contas

O plano de contas de uma empresa consiste numa **relação padronizada** de contas a serem utilizadas no registro das operações pelos profissionais da área de contabilidade. Como todos eles se sujeitam às regras estabelecidas num mesmo plano de contas, a consequência é a **uniformidade** dos procedimentos contábeis.

Os elementos que compõem o patrimônio e as operações desenvolvidas variam significativamente de uma para outra empresa, já que elas podem realizar atividades industriais, comerciais, agrícolas, extrativas, de serviços. Em razão dessa diversidade, cada empresa pode ter um **elenco próprio** de contas.

O plano de contas estabelece a relação de **títulos** ou rubricas adotadas nos registros contábeis das operações da empresa (elenco de contas), indicando a **função** e o **funcionamento** de cada conta, bem como a forma como seus saldos são **encerrados**.

09. (Técnico/Cespe) São partes de um plano de contas: descrição do funcionamento das contas, elenco de contas e método de encerramento de contas, entre outras.

( ) certo

( ) errado

O funcionamento de uma conta indica quando ela deve ser lançada a débito ou a crédito. Gabarito: certo.

O plano de contas deve ser **flexível** de forma a poder ser adaptado, mediante inclusão ou exclusão de contas, em virtude da ocorrência de fatos contábeis inicialmente não previstos e da dinâmica própria da atividade empresarial.

A **função** das contas é representar os itens patrimoniais e de resultado. Assim, a conta pode traduzir um elemento patrimonial (bem, direito ou obrigação, além da situação líquida) ou de resultado (receita ou despesa).

O **funcionamento** da conta se dá por intermédio do mecanismo de débito e crédito, que indica o aumento ou diminuição do saldo.

#### 4.1 Função das contas patrimoniais

A título de ilustração, apresentamos em seguida uma relação simplificada de contas patrimoniais e suas respectivas funções. As contas de resultado e o mecanismo de débito e crédito (método das partidas dobradas) serão abordados mais adiante.

##### Contas de ativo

**Caixa** – registra o dinheiro existente em tesouraria. Seu saldo deve indicar o valor em moeda mantido no caixa da empresa. Enquanto não forem depositados em banco, os cheques de terceiros mantidos em tesouraria podem ser lançados na conta Caixa. No entanto, efetuado o depósito, o valor dos cheques deve ser transferido para a conta Bancos Conta Movimento. Em regra, o saldo da conta Caixa aumenta ou diminui em virtude dos valores recebidos ou pagos em dinheiro.

**Bancos Conta Movimento** – representa a conta-corrente de livre movimentação, mantida em banco pela empresa. O saldo desta conta é aumentado pelos depósitos e diminuído pelos saques. A conta Bancos Conta Movimento é dividida em subcontas, de acordo com os bancos em que a empresa mantém conta. Assim, para cada instituição financeira,

deve haver uma subconta distinta (Bancos Conta Movimento – Banco do Brasil S/A, Bancos Conta Movimento – Caixa Econômica Federal).

**Bancos Conta Vinculada** – indica o saldo em conta bancária que não pode ser movimentada livremente. É o caso dos depósitos judiciais, dos depósitos para garantir participação em licitação, dos depósitos vinculados à importação de bens.

**Aplicações Financeiras** – registra as aplicações realizadas em instituições financeiras. É usual as empresas aplicarem valores existentes em conta-corrente enquanto estão disponíveis. Neste caso, ocorre a transferência do valor aplicado: da conta Bancos Conta Movimento para Aplicações Financeiras. Quando do resgate da aplicação, o valor investido, juntamente com os acréscimos, retorna à conta Bancos Conta Movimento. Para as aplicações em investimentos que não exigem prazo mínimo para resgate, pode ser utilizada a conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ou Instantânea.

**Duplicatas a Receber ou Devedores por Duplicatas** – registra as contas a receber de clientes em função de vendas a prazo com emissão de duplicatas. Quando da venda a prazo, o saldo dessa conta aumenta. No momento do recebimento da duplicata, diminui. Como expressão sinônima, pode-se adotar a conta Clientes, que também é empregada nas operações a prazo sem emissão de duplicatas.

**Valores Mobiliários** – registra títulos e valores mobiliários (ações, por exemplo) emitidos por outras sociedades, que foram adquiridos pela empresa como investimento.

**Seguros a Vencer** – registra a parcela da despesa de seguro (contra incêndio, furto, colisão) paga antecipadamente, quer dizer, relativa a período de cobertura ainda não transcorrido (seguros pagos antecipadamente). Representa um direito, pois, teoricamente, se o contrato de seguro for rescindido, a empresa segurada terá direito à restituição da parcela que foi paga antecipadamente.

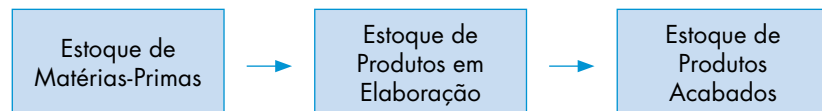
**Mercadorias ou Estoque de Mercadorias** – registra os bens móveis adquiridos para revenda. Qualquer que seja o bem adquirido para comercialização (sapatos, tecidos, roupas, veículos, gêneros alimentícios), se for móvel, poderá ser chamado de mercadoria. Não são mercadorias os bens imóveis, mesmo quando destinados à venda, nem os bens adquiridos para uso ou consumo da empresa.

**Estoque de Matérias-Primas** – utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens destinados à fabricação de outros bens para a comercialização. Nas aquisições de matérias-primas, o saldo da conta aumenta. Quando da remessa de matérias-primas do estoque para o setor de produção, o saldo da conta diminui.

**Estoque de Produtos em Elaboração** – conta utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens ainda em fabricação que, uma vez concluídos, serão destinados à comercialização. O saldo da conta é aumentado em virtude dos gastos com matérias-primas, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação necessários à produção.

E é diminuído quando da conclusão do produto, com a sua transferência para a conta Estoque de Produtos Acabados.

**Estoque de Produtos Acabados** – conta utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens fabricados pela empresa destinados à comercialização.



**Estoque de Materiais de Uso ou Consumo** – registra o estoque de bens móveis destinados a uso ou consumo pela empresa. É o caso, por exemplo, do material de escritório e limpeza.

**ICMS a Recuperar** – utilizada para registrar o ICMS incluído no preço dos bens adquiridos pela empresa, a ser compensado com o ICMS incidente sobre as vendas. O ICMS é um imposto não cumulativo, vale dizer, do imposto incidente sobre as vendas, o contribuinte pode deduzir o ICMS incluído nas operações de compra de mercadorias. Ao fim de cada período de apuração (em regra, mensal), há o confronto do ICMS das vendas com o ICMS das compras, pagando-se, se for o caso, o saldo favorável àquele.

**Adiantamentos a Fornecedores** – registra os adiantamentos concedidos a fornecedores por conta de bens e serviços que serão recebidos pela entidade. O dinheiro adiantado ao fornecedor sai da conta Caixa, e a contrapartida é contabilizada na conta Adiantamentos a Fornecedores. Quando a empresa recebe as mercadorias ou serviços, eles são registrados no ativo, enquanto a conta de adiantamento é baixada (zerada).

**Adiantamentos a Empregados** – registra contas a receber de empregados em virtude de antecipação de salários durante o mês. Quando do pagamento dos salários devidos, a empresa faz a compensação, desembolsando apenas a diferença.

**Edificações (de Uso)** – registra o custo de aquisição ou construção (sem computar o valor do terreno) de salas, galpões, prédios e demais edificações destinadas a uso nas atividades da empresa.

**Terrenos (de Uso)** – registra o custo de aquisição, sem computar o valor das edificações, de terrenos destinados a uso nas atividades da empresa. Pode-se utilizar a conta Imóveis e discriminar, por subcontas, o valor das edificações e dos terrenos.

**Instalações** – registra gastos com instalações (elétricas, hidráulicas) em imóveis de uso nas atividades da empresa.

**Veículos** – registra os veículos de uso nas atividades da empresa, como é o caso dos destinados à entrega de mercadorias a clientes e ao transporte de empregados e diretores.

**Móveis e Utensílios** – registra os móveis e utensílios de escritório, como equipamentos de informática, mesas, cadeiras, estantes.

**Máquinas e Equipamentos** – registra máquinas e equipamentos de uso na atividade industrial, ou seja, destinados à produção.

#### Contas de passivo exigível

**Duplicatas a Pagar ou Credores por Duplicatas** – representa as obrigações provenientes das aquisições de mercadorias a prazo, mediante aceite de duplicatas. Em substituição a Duplicatas a Pagar, algumas empresas utilizam a conta Fornecedores, que também serve para registrar compras a prazo sem aceite de duplicatas.

**Empréstimos e Financiamentos Bancários** – registra dívidas com bancos oriundas de empréstimos e financiamentos. Os primeiros são operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos obtidos, de que são exemplos empréstimos para capital de giro, empréstimos pessoais e adiantamentos a depositantes. Já financiamentos são operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos, como é o caso dos financiamentos para a aquisição de imóveis, máquinas, equipamentos e bens de consumo. O dinheiro obtido só pode ser usado conforme o contrato de financiamento estabelece.

**ICMS a Recolher** – registra o valor do ICMS incidente sobre as vendas, incluído no preço de venda, a ser compensado com o ICMS a recuperar, lançado no ativo quando da compra de mercadorias.

**Salários a Pagar** – registra dívidas com empregados, oriundas de salários vencidos e ainda não pagos. Ao fim de cada mês, os salários não pagos são registrados nessa conta. Quando do pagamento, seu saldo é encerrado.

**Adiantamentos de Clientes** – registra os adiantamentos recebidos de clientes por conta de bens e serviços ainda não entregues ou prestados.

**Provisão para o Imposto de Renda** – registra dívida decorrente do Imposto de Renda devido e ainda não pago.

#### Contas de patrimônio líquido

**Capital Social** (subscrito) – registra o valor comprometido pelos sócios para a formação do patrimônio inicial da sociedade, bem como as posteriores alterações do capital. O capital realizado é calculado pela diferença entre as contas Capital Social (subscrito) e Capital a Realizar.

**Capital a realizar** – registra a parte do capital social subscrito que os sócios ainda não realizaram. Capital Realizado = Capital Subscrito – Capital a Realizar.

**Reservas de Capital** – registram receitas que, em virtude de não representarem um esforço realizado pela entidade, não são contabilizadas como parte do resultado, ou seja, receitas que não afetam a apuração do lucro ou prejuízo.

**Reservas de Lucros** – registram a parte do lucro do exercício destinada a formação de reservas com diversas finalidades. A mais conhecida entre essas reservas é a reserva de legal, constituída com a finalidade de evitar que o capital seja atingido por eventuais prejuízos acumulados.

**Lucros ou Prejuízos Acumulados** – para esta conta são transferidos os lucros ou prejuízos (resultados) apurados em cada exercício, mediante o confronto das receitas com as despesas. Permanecem em Lucros ou Prejuízos Acumulados apenas os resultados que ainda não receberam uma destinação. Por determinação da Lei das Sociedades por Ações, a companhia não pode apresentar lucros acumulados no balanço. Portanto, na S/A, o lucro do exercício deve ser integralmente destinado para dividendos, reservas etc.

## 5 Sistema de contas

Um sistema de contas consiste no agrupamento de contas que possuem **características comuns**, com o objetivo de tornar mais simples e organizado o acompanhamento e estudo do patrimônio e de suas modificações. Assim, é possível agrupar num sistema apenas as contas patrimoniais, por exemplo.

Na Contabilidade Pública que é aplicável às pessoas jurídicas de direito público (União, estados, municípios), há diversos sistemas de contas: sistema orçamentário, usado para o controle e execução dos valores previstos no orçamento; sistema financeiro, que envolve os pagamentos e recebimentos em geral; sistema patrimonial, que registra as modificações ocorridas no patrimônio; e sistema de compensação, utilizado para registro de atos administrativos relevantes.

## 6 Elenco de contas

Elenco de contas é uma **relação** das contas utilizadas por uma empresa em sua escrituração contábil. Diferente do plano de contas, o elenco de contas **não** indica a função e o funcionamento das contas. Trata-se de uma **listagem** das contas a serem adotadas nos registros contábeis.

Veja em seguida uma relação com as principais contas utilizadas em provas recentes por diversas organizadoras de concursos.

### 6.1 – Ativo Circulante (saldo devedor, exceto as retificadoras)

Adiantamentos a Empregados  
 Adiantamentos a Fornecedores  
 Adiantamentos a Terceiros  
 Ajuste de Contas a Receber a Valor Presente (retificadora – credora)  
 Aluguéis a Apropriar  
 Aluguéis a Receber  
 Aluguéis a Vencer  
 Aluguéis Ativos a Receber  
 Aluguéis Passivos a Apropriar  
 Aplicações de Liquidez Imediata  
 Aplicações em Instrumentos Financeiros  
 Aplicações em Ouro  
 Aplicações Temporárias em Ouro  
 Ativo Não Circulante Mantido para Venda  
 Bancos  
 Bancos Conta Movimento  
 Bancos Conta Vinculada  
 Caixa  
 Cheques em Cobrança  
 Cheques em Trânsito  
 Clientes  
 Coligadas e Controladas Transações Operacionais  
 Créditos a Receber  
 Créditos de Financiamento  
 Créditos de Funcionamento  
 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  
 Despesas a Apropriar  
 Despesas a Vencer  
 Despesas Antecipadas  
 Despesas Antecipadas de Aluguéis  
 Despesas Antecipadas de Assinaturas  
 Despesas Antecipadas de Juros  
 Despesas Antecipadas de Passagens Aéreas  
 Despesas Antecipadas de Seguros  
 Despesas do Exercício Seguinte

Devedores por Duplicatas  
 Disponibilidades  
 Disponível  
 Duplicatas a Receber  
 Duplicatas Emitidas  
 Duplicatas Protestadas  
 Estoque de Material de Consumo  
 Estoque de Material de Uso  
 Estoque de Matérias-Primas  
 Estoque de Produtos Acabados  
 Estoque de Produtos em Elaboração  
 Estoques  
 Estoques de Mercadorias  
 ICMS a Recuperar  
 ICMS sobre Compras  
 Impostos a Recuperar  
 IPI a Recuperar  
 Juros a Apropriar  
 Juros Pagos Antecipadamente  
 Juros sobre o Capital Próprio a Receber  
 Máquinas para Revenda  
 Matérias-Primas  
 Mercadorias  
 PDD – retificadora (retificadora – credora)  
 Perdas Estimadas em Recebíveis no Curto Prazo (retificadora – credora)  
 Prêmio de Seguro a Apropriar  
 Produtos Acabados  
 Produtos em Elaboração  
 Provisão para Ajuste de Estoque ao Valor de Mercado (retificadora – credora)  
 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (retificadora – credora)  
 Provisão para Devedores Duvidosos (retificadora – credora)  
 Provisão para Perdas por Desvalorização de Estoque (retificadora – credora)  
 Saque de Exportação  
 Seguros a Vencer  
 Seguros Pagos Antecipadamente  
 Tributos a Compensar  
 Valores Mobiliários

## 6.2 – Ativo Não Circulante (saldo devedor, exceto as retificadoras)

### 6.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Adiantamento a Diretores  
 Adiantamentos a Administradores  
 Adiantamentos a Sócios  
 Contas a Receber de Coligadas em Negócios Não Usuais  
 Contas a Receber de Controladas em Negócios Não Usuais  
 Coligadas e Controladas Transações Não Operacionais  
 Depósitos Judiciais  
 Empréstimos a Coligadas  
 Empréstimos a Controladas  
 Empréstimos a Coligadas e Controladas  
 Empréstimos a Diretores  
 Empréstimos a Empresas Coligadas  
 Empréstimos de Curto Prazo a Empresas Coligadas  
 Ajuste de Ativo Não Circulante a Valor Presente (retificadora – credora)  
 ICMS a Recuperar Diferido  
 Despesa Antecipada de Longo Prazo

### 6.2.2 – Investimentos

Ações de Coligadas  
 Ações de Controladas  
 Ações de Outras Empresas  
 Participação Societária  
 Participações Societárias em Outras Empresas  
 Participações Societárias em Controladas e Coligadas  
 Participações Societárias Permanentes  
 Investimentos em Coligadas e Controladas  
 Ágio por Rentabilidade Futura (*goodwill*) (classificação no balanço individual)  
 Ágio por Rentabilidade Futura de Controladas  
 Mais-Valia sobre Ativos Líquidos da Investida  
 Provisão para Redução do Custo de Aquisição (retificadora – credora)  
 Obras de Arte  
 Antiguidades  
 Terrenos Fora de Uso  
 Propriedade para Investimento

## 6.2.3 – Imobilizado

Veículos  
 Veículos de Uso  
 Edifícios  
 Edificações  
 Edificações de Uso  
 Imóveis  
 Imóveis de Uso  
 Terrenos  
 Terrenos de Uso  
 Ferramentas  
 Ferramentas de Uso  
 Máquinas  
 Máquinas e Equipamentos  
 Máquinas e Equipamentos Arrendados  
 Construções em Andamento  
 Benfeitorias em Propriedades de Terceiros (classificação polêmica)  
 Capital Imobilizado  
 Móveis e Utensílios  
 Imobilizações em Andamento  
 Instalações  
 Instalações Elétricas e Hidráulicas  
 Plantações de Eucaliptos  
 Estoque de Peças para Reposição  
 Peças e Conjuntos de Reposição  
 Depreciação Acumulada (retificadora – credora)  
 Perda de Valor Recuperável (ativo) (retificadora – credora)

## 6.2.4 – Intangível

Ativos Intangíveis  
 Fundo de Comércio  
 Marcas e Patentes  
 Direitos Obtidos de Exploração de Recursos Minerais  
 Direitos Autorais  
 Concessões Obtidas  
 Ágio por Rentabilidade Futura (*goodwill*) (classificação no balanço consolidado)

Direitos sobre Recursos Minerais  
 Direitos sobre Recursos Florestais  
 Amortização Acumulada (retificadora – credora)  
 Exaustão Acumulada (retificadora – credora)

## 6.3 – Passivo Circulante (saldo credor, exceto as retificadoras)

Adiantamentos de Clientes  
 Ajuste de Contas a Pagar a Valor Presente (retificadora – devedora)  
 Aluguéis a Pagar  
 Bancos Conta Empréstimo (= dívida por empréstimo bancário)  
 Cofins a Pagar  
 Cofins a Recolher  
 Contas a Pagar  
 Credores por Duplicatas  
 CSLL a Pagar  
 CSLL a Recolher  
 Débitos de Financiamento  
 Débitos de Funcionamento  
 Despesas Financeiras a Transcorrer (retificadora – devedora)  
 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar  
 Dividendos a distribuir  
 Dividendos a Pagar  
 Dividendos Propostos  
 Duplicatas a Pagar  
 Duplicatas Aceitas  
 Duplicatas Descontadas (classificação polêmica)  
 Empréstimos  
 Empréstimos a Pagar  
 Empréstimos Bancários Obtidos  
 FGTS a Recolher  
 Financiamentos  
 Financiamentos a Pagar  
 Fornecedores  
 ICMS a Pagar  
 ICMS a Recolher  
 ICMS Retido na Fonte  
 Imposto de Renda a Pagar

Imposto de Renda a Recolher  
 IR retido na Fonte  
 IR de Empregados  
 Impostos a Pagar  
 Impostos a Recolher  
 INSS dos Empregados a Pagar  
 INSS Retido na Fonte  
 IPI a Pagar  
 IPI a Recolher  
 ISS a Pagar  
 ISS Retido na Fonte  
 Juros a Trancorrer (retificadora – devedora)  
 Juros Ativos a Apropriar  
 Juros Recebidos Antecipadamente  
 Juros sobre o Capital Próprio a Pagar  
 Notas Promissórias Emitidas  
 Participações a Pagar  
 Participações sobre o Lucro a Pagar  
 PIS a Pagar  
 PIS a Recolher  
 Provisão para 13º Salário  
 Provisão para a CSLL  
 Provisão para Contingências  
 Provisão para Férias  
 Provisão para o Imposto de Renda  
 Receitas a Apropriar  
 Receitas Antecipadas  
 Salários a Pagar  
 Tributos a Recolher

Observação: várias bancas ainda classificam a conta Duplicatas Descontadas como retificadora do ativo.

#### 6.4 – Passivo Não Circulante (saldo credor, exceto as retificadoras)

Empréstimos a Longo Prazo  
 Empréstimos Recebidos de Longo Prazo  
 Financiamentos de Longo Prazo

Empréstimos de Longo Prazo  
 Receitas a Apropriar de Doações (recebidas sob condição ou contrapartida)  
 Títulos a Pagar em Longo Prazo  
 Ajuste de Contas a Pagar a Valor Presente (retificadora – devedora)  
 Ajuste de Passivo Não Circulante a Valor Presente (retificadora – devedora)  
 Ajuste de Fornecedores a Valor Presente (retificadora – devedora)  
 Prêmio na Emissão de Debêntures  
 Provisão para Tributos Diferidos  
 Provisão para a CSLL Diferida  
 Provisão para o Imposto de Renda Diferido  
 Lucros em Vendas para Controladas  
 Transações Não Recorrentes – créditos de acionistas  
 Receita a Apropriar de Doações Governamentais para Investimentos  
 Receita Diferida

#### 6.5 – Patrimônio Líquido (saldo credor, exceto as retificadoras)

Capital  
 Capital Social  
 Capital Subscrito (= capital social)  
 Custos de Transação na Emissão de Ações (retificadora – devedora)  
 Capital a Realizar (retificadora – devedora)  
 Gastos com Emissão de Ações (retificadora – devedora)  
*Reservas de Capital:*  
 Ágio na Emissão de Ações  
 Reserva de Ágio na Emissão de Ações  
 Produto da alienação de Bônus de Subscrição  
 Produto da alienação de Partes Beneficiárias  
 Ajustes de Avaliação Patrimonial  
 Ajustes de Avaliação Patrimonial (saldo credor)  
 Ajustes Patrimoniais Financeiros (= ajustes de avaliação patrimonial)  
 Ajustes de Avaliação Patrimonial (saldo devedor) (retificadora – devedora)  
 Outros Resultados Abrangentes  
 Reserva de Reavaliação (enquanto não realizada)  
*Reservas de Lucros*  
 Reserva Legal  
 Reservas para Contingências  
 Reservas Estatutárias

Reserva de Incentivos Fiscais  
 Reserva de Lucros a Realizar  
 Reserva de Retenção de Lucros  
 Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos  
 Outras Reservas de Lucros  
 Lucros Acumulados  
 Ações em Tesouraria (retificadora – devedora)  
 Prejuízos Acumulados (retificadora – devedora)

## 6.6 – Resultado

### 6.6.1 – Receitas (saldo credor)

Aluguéis Ativos  
 Comissões Ativas  
 Descontos Ativos  
 Descontos Condicionais Obtidos  
 Descontos Obtidos  
 Ganho na Equivalência Patrimonial  
 Insubistência Ativa  
 Insubistência do Passivo  
 Juros Ativos  
 Juros sobre o Capital Próprio (recebidos de outras empresas)  
 Receita Bruta de Vendas  
 Receita de Aluguel de Imóveis  
 Receita de Dividendos  
 Receita de Dividendos  
 Receita de Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição  
 Receita de Juros  
 Receita de Reversão  
 Receita de Reversão de Provisão  
 Receita de Vendas  
 Receita de Vendas de Bens do Ativo Imobilizado  
 Receita de Vendas de Participações Societárias  
 Receitas de Comissões  
 Receitas de Doações (ver observação)  
 Receitas de Prestação de Serviços  
 Receitas de Serviços

Receitas Financeiras  
 Resultado da Equivalência Patrimonial (positivo)  
 Resultado Positivo de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido  
 Reversão de PDD  
 Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa  
 Reversão de Perda por *Impairment* (ajuste a valor recuperável de ativo)  
 Reversão de Provisões  
 Superveniência Ativa  
 Superveniência do Ativo  
 Variações Cambiais Ativas  
 Variações Monetárias Ativas  
 Vendas  
 Vendas de Mercadorias

Observação 1: segundo o CPC 16 (R1), **descontos comerciais**, **abatimentos** e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do **custo de aquisição**. Vale dizer, o valor a ser lançado no estoque é o valor líquido da compra. Assim, não é correto lançar o estoque pelo valor bruto, muito menos registrar como receita os descontos e abatimentos obtidos na compra.

Observação 2: as doações recebidas sob **condição** ou **contrapartida** a ser dada pela entidade recebedora (donatária) devem ser registradas como passivo ou retificação do ativo (receita a apropriar) para posterior apropriação ao resultado, à medida que nele seja apropriada a despesa correspondente.

### 6.6.2 – Despesas (saldo devedor)

Abatimentos Concedidos  
 Abatimentos sobre Vendas  
 Aluguéis  
 Aluguéis Passivos  
 Cofins  
 Cofins sobre Faturamento  
 Comissões  
 Comissões dos Vendedores  
 Comissões sobre Vendas  
 Consumo  
 Consumo Efetuado

Contribuições  
 Contribuição para o FGTS  
 Contribuição para o INSS  
 Contribuição para o INSS Patronal  
 Contribuição Previdenciária  
 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  
 CSLL  
 Custo das Mercadorias Vendidas  
 Custo dos Produtos Vendidos  
 Custo dos Serviços Prestados  
 Desconto por Pagamento Antecipado  
 Descontos  
 Descontos Comerciais Concedidos  
 Descontos Concedidos  
 Descontos Concedidos a Grandes Clientes  
 Descontos Condicionais  
 Descontos Condicionais Concedidos  
 Descontos Financeiros  
 Descontos Financeiros Concedidos  
 Descontos Passivos  
 Desenvolvimento  
 Despesas com Crédito de Liquidação Duvidosa  
 Despesas com Horas Extras  
 Despesas com Imposto de Renda e CSLL  
 Despesas com Material de Consumo  
 Despesas com Material de Uso  
 Despesas com PDD  
 Despesas com Pessoal  
 Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa  
 Despesas com Provisão para Perdas  
 Despesas com Salários  
 Despesas de Aluguéis  
 Despesas de Amortização  
 Despesas de Depreciação  
 Despesas de Exaustão  
 Despesas de Fretes  
 Despesas Administrativas  
 Despesas com Tributos sobre o Lucro

Despesas com Vendas  
 Despesas Comerciais  
 Despesas de Água, Luz e Telefone  
 Despesas Financeiras  
 Despesas Gerais  
 Despesas Provisionadas  
 Devoluções de Vendas  
 Devoluções de Vendas de Exercícios Anteriores  
 Encargos de Amortização  
 Encargos de Depreciação  
 Encargos de Exaustão  
 FGTS  
 Fretes  
 Fretes e Carretos  
 Fretes sobre Vendas  
 Gastos com Desenvolvimento  
 Gastos com Desenvolvimento de Produtos  
 Gastos com Pesquisas  
 Gastos com Pesquisas de Produtos  
 Honorários  
 Honorários da Diretoria  
 Horas Extras  
 ICMS  
 ICMS sobre Vendas  
 INSS  
 INSS Patronal  
 Insubsistência do Ativo  
 Insubsistência Passiva  
 IPI sobre o Faturamento Bruto  
 ISS  
 ISS sobre Serviços Prestados  
 Juros  
 Juros Passivos  
 Lucro na Venda de Imobilizado  
 Lucro na Venda de Terrenos  
 Material Consumido  
 Material de Consumo  
 Participações de Administradores

Participações de Debenturistas  
 Participações de Empregados  
 Participações de Partes Beneficiárias  
 Perda por *Impairment* (valor recuperável)  
 Perda de Valor Recuperável  
 Perdas por Equivalência Patrimonial  
 Pesquisas  
 PIS  
 PIS sobre o Faturamento  
 Resultado de Equivalência Patrimonial (negativo)  
 Superveniência Passiva  
 Superveniências do Passivo  
 Variações Cambiais Passivas  
 Variações Monetárias Passivas  
 Vendas Canceladas

## 6.7 – Contas de Compensação

### 6.7.1 – Contas de Compensação Ativas

Imóveis Hipotecados  
 Títulos Endossados  
 Seguros Contratados  
 Bens Recebidos em Arrendamento  
 Contratos de Alienação Fiduciária  
 Consignatários  
 Bens Penhorados  
 Títulos Caucionados

### 6.7.2 – Contas de Compensação Passivas

Hipotecas  
 Endossos Para Desconto  
 Contratos de Seguros  
 Contratos de Arrendamento  
 Responsabilidade Por Financiamentos  
 Mercadorias Consignadas  
 Penhores  
 Endossos para Caução

# Instrumentos financeiros

## 1 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer **contrato** que dê origem a um **ativo financeiro** (caixa, conta a receber, ações de outras entidades) para uma entidade e a um **passivo financeiro** (obrigação, por exemplo) ou **instrumento patrimonial** para outra entidade. Por exemplo, mediante um instrumento financeiro de emissão de títulos representativos de dívida (contrato), uma entidade adquire debêntures de outra entidade. A primeira tem um ativo financeiro (debêntures a receber), enquanto a segunda tem um passivo financeiro (debêntures a pagar), como segue:

Instrumento financeiro	
Entidade A	Entidade B
Ativo financeiro	Passivo financeiro
Debêntures a receber	Debêntures a pagar

### 1.1 Espécies de instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro **ativo** pode ser classificado em quatro categorias:

- 1 - ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (destinado à negociação);
- 2 - investimento mantido até o vencimento;
- 3 - empréstimos e contas a receber (recebíveis); e
- 4 - ativo financeiro disponível para venda.

## 1.2 Critérios de avaliação

As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, são avaliadas pelo:

- 1 - valor **justo**, quando se tratar de aplicações destinadas: a) à negociação; ou b) disponíveis para venda;
- 2 - valor de **custo de aquisição** ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, **ajustado** ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações mantidas até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

**Cuidado!** Na hipótese de aplicações mantidas até o vencimento e de empréstimos e recebíveis, o critério de ajuste do CPC, que adota o conceito de **custo amortizado**, é diferente do critério da Lei das S/A no que diz respeito aos juros, os quais, pelo CPC, são incorporados ao custo de aquisição.

Custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o seu montante inicial (custo de aquisição), menos as amortizações do principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base na taxa de juros efetiva, menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Lei das S/A: custo de aquisição + atualização – amortização – redução por ajuste

CPC: custo de aquisição + atualização – amortização + **juros** – redução por ajuste

Nos termos do CPC 38, desde que possível, todos os **derivativos** devem ser avaliados pelo **valor justo**, assim como os instrumentos classificados como mensurados pelo valor justo por intermédio do resultado (destinados à negociação) e disponíveis para a venda. Empréstimos e recebíveis e títulos mantidos até o vencimento **não** são mensurados pelo valor justo.

Instrumentos financeiros	Critérios de avaliação – CPC
Destinados à negociação	Valor justo
Disponíveis para venda	Valor justo
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)

01. (Analista/Copergás/FCC/2011) As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, quando destinadas à negociação ou disponíveis para venda, serão avaliadas pelo seu custo de aquisição.

( ) certo

( ) errado

Quando destinadas à negociação ou disponíveis para venda, as aplicações em instrumentos financeiros são avaliadas pelo seu valor justo. Gabarito: errado.

## 1.3 Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado

Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou **destinado à negociação**, é um ativo financeiro que satisfaz **qualquer** das seguintes condições:

- 1 - é classificado como mantido para negociação, o que ocorre quando o ativo é:
  - a) adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de **venda ou recompra no curto prazo**;
  - b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de modelo real recente de realização de lucros a **curto prazo**; ou
  - c) em regra, **derivativo**;
- 2 - é designado pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

02. (Técnico/Cespe) Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, uma vez que podem ser comercializados somente na data de seu vencimento.

( ) certo

( ) errado

Investimentos que somente podem ser negociados na data do vencimento são classificados como mantidos até o vencimento. Em regra, os derivativos são classificados como destinados à negociação. Gabarito: errado.

Instrumentos financeiros	Característica	Critérios de avaliação	Contrapartida na avaliação
Destinados à negociação (imediata)	Alienação imediata ou no curto prazo	Valor justo ( <i>fair value</i> )	Resultado

## 1.4 Investimentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros **não derivativos**, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que a entidade tem **intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento**, exceto os que:

- 1 - a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
- 2 - a entidade designa como disponíveis para venda; e
- 3 - satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber.

Por exemplo, aplicações em CDB, RDB e debêntures, desde que haja intenção positiva e capacidade de mantê-las até o vencimento. Caso não possuam essas características, devem ser classificadas como disponíveis para venda. Alguns desses investimentos, dependendo do prazo de aplicação (até três meses), podem ser enquadrados como equivalentes de caixa.

03. (Técnico/Cespe) Um ativo financeiro é classificado como mantido até o vencimento, se for adquirido ou incorrido, sobretudo, para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. São exemplos de ativos financeiros mantidos os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.
- ( ) certo  
( ) errado

Ativo financeiro mantido até o vencimento é aquele que a entidade tem a intenção e capacidade de não negociar até o vencimento. Gabarito: errado.

No caso de aplicações que serão **mantidas até o vencimento**, o registro inicial é feito pelo custo de aquisição (valor da transação), atualizado por correção monetária ou cambial (conforme disposições legais ou contratuais), acrescido dos juros e **ajustado ao valor provável de realização** (provisão para devedores duvidosos), quando este for menor.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Mantidos até o vencimento	Não destinados à alienação imediata. Há capacidade financeira de mantê-los	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

04. (Analista/TRF-2ª/FCC/2012) As contas a receber em moeda estrangeira devem ter seu valor atualizado pela variação da taxa de câmbio.
- ( ) certo  
( ) errado

As contas a receber em moeda estrangeira estão sujeitas a ajuste ao valor provável e a atualização cambial. Gabarito: certo.

05. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento devem ser mensuradas ao valor justo.
- ( ) certo  
( ) errado

As aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda é que são avaliadas pelo valor justo. Gabarito: errado.

06. (Analista/MPE-AP/FCC/2012) Ao classificar uma aplicação financeira como mantida até o vencimento, a aplicação será registrada pelo valor
- a) de custo de aquisição na contratação e custo amortizado durante a vigência do papel.
  - b) de custo amortizado na contratação e valor justo durante a vigência do papel.
  - c) justo na aquisição e durante a vigência do papel.
  - d) de referência na aquisição e valor justo durante a vigência do papel, ajustado a valor de mercado no resgate.
  - e) da aplicação atualizado pelo valor da variação do CDI.

A aplicação financeira classificada como mantida até o vencimento é registrada pelo custo de aquisição, e a avaliação é pelo valor de custo amortizado. São avaliadas pelo valor justo as aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda. Gabarito: A

## 1.5 Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros **não derivativos**, com pagamentos **fixos ou determináveis**, sem cotação em mercado ativo, exceto:

- 1 - aqueles que a entidade tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais devem ser classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como mensurado ao valor justo por meio do resultado;

- 2 - aqueles que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como disponíveis para venda; ou
- 3 - aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente o seu investimento inicial, por outra razão que não a deterioração do crédito, os quais serão classificados como disponíveis para venda.

Por exemplo, contas a receber de clientes, impostos a compensar, empréstimos concedidos e adiantamentos concedidos.

Quanto aos empréstimos e contas a receber, conforme a Lei das S/A, o registro inicial é feito pelo **custo de aquisição** (valor da transação), atualizado por correção monetária ou cambial, conforme disposições legais ou contratuais, e **ajustado ao valor provável de realização**, quando este for menor. Todavia, algumas bancas, como a FCC, por exemplo, têm adotado o conceito de custo amortizado, com base no CPC.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Empréstimos e Contas a Receber	Têm valores fixos ou determináveis. Não são cotados em mercado ativo	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

### 1.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros **não derivativos** designados como disponíveis para venda ou **não classificados** como:

- 1 - empréstimos e contas a receber;
- 2 - investimentos mantidos até o vencimento; ou
- 3 - ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ou seja, não se enquadram em nenhuma outra categoria.

07. (Contador/Cespe) Os ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda não podem ser classificados como investimentos mantidos até o vencimento.
- ( ) certo  
( ) errado

Um ativo financeiro mantido até o vencimento é aquele que a entidade tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos classificados por exclusão, ou seja, não se enquadram em outra categoria. Gabarito: certo.

Reconhecidas inicialmente pelo **valor histórico** (valor de entrada, valor da **transação** ou custo de **aquisição**), as aplicações destinadas à negociação e disponíveis para venda, vale dizer, vinculadas à especulação financeira, devem ser avaliadas pelo seu **valor justo**. Conforme a CVM e as normas internacionais de contabilidade, valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (o valor justo é uma mensuração baseada no valor de mercado, quando disponível, e não uma avaliação específica para a entidade). Ou seja, um valor de mercado em condições de pleno equilíbrio entre partes não ligadas envolvidas na negociação.

08. (Analista/TRT-20ª/FCC/2011) A empresa Valor e Geração S/A fez uma aplicação em CDB de 720 dias. A empresa classificou a aplicação como um instrumento financeiro com finalidade de disponibilidade para venda. Dessa forma, deve a empresa registrar na data do fato e posteriormente o CDB pelo valor
- a) da transação e a valor justo.
  - b) justo e a valor de custo amortizado.
  - c) de mercado e a valor de custo amortizado.
  - d) médio de mercado e pelo valor de custo amortizado.
  - e) de face do papel e pela média do custo da carteira da empresa.

Como se trata de título disponível para venda, o registro da entrada é feito pelo valor histórico (custo de aquisição ou valor da transação), enquanto as variações posteriores são contabilizadas pelo valor justo. Gabarito: A

09. (Técnico/Cespe) O registro de instrumentos financeiros destinados à venda futura, atualmente denominados disponíveis para venda, ocorre pelo valor histórico.
- ( ) certo  
( ) errado

O registro de entrada é feito pelo valor histórico (custo de aquisição), regra para todos os elementos das demonstrações. Gabarito: certo.

Apenas os ativos financeiros **disponíveis para venda** têm como contrapartida a conta **Ajustes de Avaliação Patrimonial** (PL), tanto em seus ajustes positivos quanto negativos, na qual permanecem até que o ativo seja baixado. Só então o valor do ajuste deve ser

transferido para o resultado. No caso dos ativos financeiros **destinados à negociação**, a contrapartida deve ser registrada diretamente no **resultado**, como receita ou despesa financeira, antes mesmo da baixa do investimento. Já os títulos **mantidos até o vencimento** estão sujeitos a **provisão para perdas**, quando o valor de mercado (valor justo) for menor.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Disponíveis para venda	Alienação ainda indefinida	Valor justo ( <i>fair value</i> )	Ajuste de avaliação patrimonial

10. (Contador/TRE-AM/FCC/2009) A empresa XYZ Industrial S/A adquiriu, em 02/01/x8, 100 Títulos do Governo, classificando-os como investimentos temporários, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada um. A empresa tem intenção e capacidade financeira de manter 50% desses títulos até o seu vencimento, já os outros 50% foram classificados como disponíveis para venda futura. Esses títulos rendiam a uma taxa de 12% ao ano. Em 31/12/x8, o valor justo (valor de mercado) de cada um desses títulos era de R\$ 1.350,00. O valor a ser contabilizado como ajuste de Avaliação patrimonial no patrimônio líquido da empresa XYZ era, em reais,

- 11.500,00.
- 12.000,00.
- 17.500,00.
- 23.000,00.
- 35.000,00.

Em 02/01/x8, registro da aquisição dos títulos:

D - Instrumentos Financeiros – Mantidos até o vencimento	50.000
D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	50.000
C - Caixa ou Bancos	100.000

Em 31/12/x8, registro dos juros de 12% ao ano:

D - Instrumentos Financeiros – Mantidos até o vencimento	6.000
D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	6.000
C - Receitas Financeiras	12.000

IF – Mantidos até o vencimento	IF – Disp. p/ Venda	Receitas Financeiras
50.000	50.000	12.000
6.000	6.000	
56.000	56.000	

Valor justo dos títulos em 31/12/x8:

Títulos mantidos até o vencimento: 50 títulos x 1.350,00 = 67.500,00.

Títulos disponíveis para venda: 50 títulos x 1.350,00 = 67.500,00.

**Cuidado!** Somente os títulos disponíveis para venda sofrem ajuste de avaliação patrimonial (AVP).

Os títulos mantidos até o vencimento estão sujeitos a provisão para perdas, quando o valor justo for menor.

A diferença entre o valor justo dos títulos **disponíveis para venda** e o seu custo de aquisição acrescido dos juros até 31/12/x8 (marcação pela curva do papel) é registrada como **ajuste de avaliação patrimonial**.

AVP dos títulos disponíveis para venda: 67.500 – 56.000 = 11.500.

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda

C - Ajustes de Avaliação Patrimonial 11.500

Marcação pela curva do papel é quando se considera o valor de aquisição dos títulos mais os juros diários, proporcionalmente ao tempo transcorrido desde a data de emissão do título. Gabarito: A

11. (Contador/Infraero/FCC/2011) A Cia. Paratodos, no presente exercício de 2011, mantém na sua escrituração contábil um ativo financeiro destinado para venda, cuja taxa de rendimento havia sido prefixada em 12% a.a. Se a taxa de juros de mercado para esse tipo de papel diminuir para 10% a.a., a Companhia, em obediência às novas regras de avaliação de ativos e passivos prescritas pelas atuais normas contábeis brasileiras, deve

- diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
- aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
- deixar inalterado o valor contábil do ativo, pois este ainda não foi negociado.

Apesar de a taxa de mercado ter caído para 10%, a taxa prefixada é de 12%. Como se trata de ativo financeiro disponível para venda, cabe o ajuste de avaliação patrimonial, com base na taxa prefixada. Gabarito: B

Classificação dos instrumentos financeiros ativos:

Instrumentos financeiros	Característica	Crítérios de avaliação	Contrapartida na avaliação
Disponíveis para venda	Alienação ainda indefinida	Valor justo ( <i>fair value</i> )	Ajuste de avaliação patrimonial
Destinados à negociação (imediata)	Alienação imediata ou no curto prazo	Valor justo ( <i>fair value</i> )	Resultado
Mantidos até o vencimento	Não destinados à alienação imediata. Há capacidade financeira de mantê-los	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado
Empréstimos e recebíveis	Têm valores fixos ou determináveis. Não são cotados em mercado ativo	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

### 1.7 Apuração do valor justo

Nos termos da Lei nº 6.404/76, considera-se valor justo dos instrumentos financeiros o valor que se pode obter em um **mercado ativo** (bolsa de valores, de mercadorias e futuros), decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na **ausência de um mercado ativo** para um determinado instrumento financeiro:

- o valor que se pode obter em um **mercado ativo** com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco **similares**;
- o **valor presente líquido** dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
- o valor obtido por meio de **modelos matemático-estatísticos** de precificação de instrumentos financeiros.

12. (Contador/Cespe) Se o mercado para determinado instrumento financeiro não for ativo, a entidade estabelecerá o valor justo considerando o valor determinado pela última operação de compra e venda do respectivo ativo.

- ( ) certo  
( ) errado

Na falta de mercado ativo para o instrumento financeiro, aplica-se o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares (valor de mercado). Gabarito: errado.

13. (Contador/Cespe/Adaptado) Julgue o item seguinte, de acordo com os critérios de avaliação de ativos e passivos, conforme a redação dada à Lei nº 6.404/1976 pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O valor justo dos instrumentos financeiros pode ser obtido pelo cálculo do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros similares.

( ) certo

( ) errado

Se não houver mercado ativo para os instrumentos financeiros ou seus similares, aplica-se o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares. Gabarito: certo.

14. (Analista/Cespe) O valor justo das aplicações em instrumentos financeiros, na ausência de mercado ativo, é obtido por meio do cálculo do valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares.

( ) certo

( ) errado

Como não há mercado ativo, cabe usar o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares. Gabarito: certo.

## 1.8 Derivativo

Segundo o CPC 38, derivativo é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas estas **três** características:

- 1 - o seu valor altera-se em resposta à alteração na taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, quando não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato;
- 2 - não é necessário qualquer investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial que seja inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; e
- 3 - é liquidado em data futura.

Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor **deriva ou depende** do preço ou desempenho de mercado de determinado bem básico ou taxa de referência. Por exemplo, o mercado futuro do dólar é uma espécie de derivativo que tem como referência o preço

do mercado à vista do dólar (conhecido o preço à vista, as partes interessadas especulam sobre sua cotação no futuro). Trata-se de investimentos similares a uma aposta: há, de um lado, quem acredite que o valor de certo bem, índice, taxa etc. subirá e, do outro, quem ache que esse preço cairá. Destina-se, assim, à especulação ou à garantia contra oscilações bruscas de preços que possam afetar os negócios da entidade.

Os mercados derivativos podem ser de quatro espécies:

- 1 - mercado futuro;
- 2 - mercado a termo;
- 3 - mercado de opções;
- 4 - mercado de *swaps*.

### 1.8.1 Mercado futuro

**Tem a** função de **proteger**, por meio da distribuição do risco, os agentes econômicos das variações de preços de seus produtos e de seus investimentos.

Por exemplo, se a entidade acredita que, dentro de seis meses, o preço de certo produto cairá, ela pode negociar, hoje, a venda do produto para entrega em seis meses, garantindo, assim, o preço atual, que julga ser mais vantajoso. Na outra ponta, estará um investidor que, ao contrário da entidade, acredita na alta do preço desse produto e espera ganhar dinheiro com isso.

Em geral, a liquidação dos compromissos no mercado de futuros não é feita mediante a entrega do ativo negociado. As compras e vendas dos ativos envolvidas ocorrem apenas documentalmente. Por exemplo, em um contrato envolvendo produtos agrícolas, as variações de preços são pagas ou recebidas em dinheiro ou equivalente, não em produtos.

**Contratos futuros** são aqueles relativos a operações para liquidação em data futura. São padronizados pelas bolsas de mercadorias e futuros, permitindo-se sua negociação até a data dos respectivos vencimentos. Nesses contratos, constam a identificação do bem (tipo, peso, quantidade), as datas de liquidação e as datas e os locais de entrega.

### 1.8.2 Mercado a termo

No mercado a termo, as partes assumem a posição de comprador e de vendedor em data estabelecida e a preço certo e ajustado. A diferença em relação aos contratos futuros está no fato de o mercado a termo não exigir ajustes diários. Neste último, o desembolso só ocorre na data da liquidação do contrato.

## 1.8.3 Mercado de opções

Opções são instrumentos financeiros por meio dos quais o titular, que pode assumir a posição de **compra** (*call*) ou de **venda** (*put*), terá um preço fixo para comprar ou vender um ativo (**preço de exercício**), em determinada data. O titular da opção paga, **antecipadamente**, um **prêmio** ao lançador da opção.

## 1.8.3.1 Opção de compra

Quando a entidade adquire a **opção de compra**, passa a ter a **faculdade de comprar** o ativo. O **lançador** da opção de compra, no entanto, será **obrigado a vender**, caso a entidade resolva exercer a opção. Ou seja, existe a faculdade de comprar para a entidade e a obrigação de vender para o lançador. Quando a entidade é o lançador da opção, as responsabilidades são invertidas: o adquirente tem a faculdade de comprar; e a entidade, a obrigação de vender.

**Exemplo**

Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de comprar 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 400,00.

Em 01/07/x1, a entidade A lança:

D - Opções de Compra – prêmios pagos (AC)

C - Caixa ou Bancos 400,00

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse, por exemplo, de R\$ 300,00, então a entidade A exerceria a opção de compra, pois o valor que ela pagaria para exercer a opção seria de R\$ 200,00 (diferença favorável de: R\$ 300,00 – R\$ 200,00 = R\$ 100,00 por saca).

Nessa hipótese, a despesa com a opção de compra, paga pela entidade A, seria compensada pelo lucro com o exercício da opção.

Em 31/07/x1, registro da despesa:

D - Despesas c/ Opções de Compra (prêmios pagos)

C - Opções de Compra – prêmios pagos (AC) 400,00

Portanto, para a entidade A, o lucro seria de: R\$ 30.000,00 – R\$ 20.000,00 – R\$ 400,00 = R\$ 9.600,00.

Opções de Compra (AC)		Despesas c/ Opções	
(1) 400	400 (2)	(2) 400	

Se, na data do exercício da opção, o valor de mercado fosse menor que o valor de opção, a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador, R\$ 400,00.

15. (Inédita) Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de comprar 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 300,00.

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse de R\$ 150,00, a entidade A apuraria o resultado de

- a) (300,00).
- b) (4.700,00).
- c) (5.000,00).
- d) (5.300,00).
- e) 5.300,00.

Como o valor da opção de compra é maior que o valor de mercado (seria mais vantajoso comprar no mercado), a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador. Gabarito: A

## 1.8.3.2 Opção de venda

Quando a entidade adquire a **opção de venda**, passa a ter a **faculdade de vender** o ativo. O **lançador** da opção de venda, porém, será **obrigado a comprar**, caso a entidade resolva exercer a opção de vender. Ou seja, existe a faculdade de vender para a entidade e a obrigação de comprar para o lançador.

**Exemplo**

Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de vender 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 400,00.

Em 01/07/x1, a entidade A lança:

D - Opções de Venda – prêmios pagos (AC)

C - Caixa ou Bancos 400,00

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse, por exemplo, de R\$ 150,00, então a entidade A exerceria a opção de venda, pois o valor que ela receberia ao exercer a opção de venda seria de R\$ 200,00 (diferença favorável de: R\$ 200,00 – R\$ 150,00 = R\$ 50,00 por saca).

Nessa hipótese, a despesa com o prêmio pago na opção de venda seria compensada pelo lucro com o exercício da opção:

Em 31/07/x1, registro da despesa:

D - Despesas c/ Opções de Venda (prêmios pagos)

C - Opções de Venda – prêmios pagos (AC) 400,00

Portanto, para a entidade A, o lucro seria de: R\$ 20.000,00 – R\$ 15.000,00 – R\$ 400,00 = R\$ 4.600,00.

Opções de Venda (AC)		Despesas c/ Opções	
(1) 400	400 (2)	(2) 400	

Se, na data do exercício da opção, o valor de mercado fosse maior que o valor de opção, a entidade A não exerceria a opção de venda e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador, R\$ 400,00.

16. (Inédita) Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de vender 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 300,00.

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse de R\$ 300,00, a entidade A apuraria o resultado de

- (300,00).
- (4.700,00).
- (5.000,00).
- (5.300,00).
- 5.300,00.

Como o valor da opção de venda é menor que o valor de mercado, a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador. Seria mais vantajoso vender no mercado. Gabarito: A

#### 1.8.4 Mercado de swaps

A operação de *swap* envolve um acordo mediante o qual as partes assumem a obrigação de realizar, em data futura, o resultado financeiro líquido proveniente da aplicação de taxas ou índices sobre um montante utilizado exclusivamente como ativo e passivo referenciais, conforme contrato. Torna possível um *hedge* perfeito, uma vez que permite um acordo com valor e data de vencimento adequados ao interesse das partes. Os contratos de *swaps* das bolsas de mercadorias e futuros permitem trabalhar com variáveis alternativas, combinadas duas a duas: IGP-M, dólar, taxa Selic, TR etc.

Dessa forma, um investidor que tenha aplicação com remuneração em dólar, e que acredite que a variação do IGP-M será superior à variação dessa moeda, pode, por exemplo, assumir posição vendida no *swap* de IGP-M contra câmbio.

#### 1.9 Hedge

No caso das operações com derivativos realizadas com finalidade de *hedge* (proteção), há uma contabilidade especial (*hedge accounting*), cujo objetivo é aplicar o **regime de competência** para essas operações de forma que as **variações** no valor justo do instrumento de *hedge* (derivativo) e do item objeto de *hedge* (uma dívida, por exemplo) sejam reconhecidas no resultado do exercício **simultaneamente**.

Para que as operações possam ser classificadas como de *hedge*, é necessário que atendam a uma série de requisitos, entre eles: a correta documentação da operação e o teste de sua eficácia.

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias:

- 1 - *hedge* de **valor justo**;
- 2 - *hedge* de **fluxo de caixa**; e
- 3 - *hedge* de **investimento no exterior**.

Para as operações classificadas como **hedge de valor justo**, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* (derivativo) e do item objeto de *hedge* devem ser reconhecidas no **resultado** quando de sua ocorrência e concomitantemente.

Para as operações classificadas como **hedge de fluxo de caixa**, as variações no instrumento de *hedge* devem ser contabilizadas no **patrimônio líquido** (ajustes de avaliação patrimonial), onde devem permanecer até a realização do item objeto de *hedge*.

Nos **hedges de investimentos no exterior**, a variação do valor justo do instrumento de *hedge* também é contabilizada em conta de **patrimônio líquido**.

17. (Inédita) São reconhecidas diretamente no resultado as variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* decorrentes de operações classificadas como

- a) *hedge* de valor justo.
- b) *hedge* de fluxo de caixa.
- c) *hedge* de investimento no exterior.
- d) *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.
- e) *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior.

Nas operações classificadas como *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* são reconhecidas, de forma simultânea, no resultado quando da sua ocorrência. Gabarito: A

18. (Inédita) Devem ser contabilizadas no patrimônio líquido as variações nos instrumentos de

- a) *hedge* de valor justo, somente.
- b) *hedge* de fluxo de caixa, somente.
- c) *hedge* de investimento no exterior, somente.
- d) *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.
- e) *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior.

Nas operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e de *hedge* de investimento no exterior, as variações no instrumento de *hedge* devem ser contabilizadas no patrimônio líquido. As variações no instrumento de *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado. Gabarito: E

## Questões comentadas

01. (Analista/TCE-GO/FCC/2009) Suponha a aquisição, em 30/11/x8, de um ativo financeiro no valor de R\$ 1.000,00, classificado na data de aquisição em 'disponível para venda'. Este título remunera à taxa de 2% ao mês e o valor de mercado desse título 30 dias após a sua aquisição é de R\$ 1.015,00. De acordo com estas informações, em 30/12/X8, a empresa registrará,

- a) na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00.
- b) no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 15,00.
- c) na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 20,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo devedor).
- d) na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 20,00 (saldo credor).
- e) na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo credor).

Em 30/11/x8:

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	
C - Caixa ou Bancos	1.000

Em 30/12/x8, registros dos juros de 2% ao mês:

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	
C - Receitas Financeiras	20

Em 30/12/x8, o ativo financeiro tinha valor justo (valor de mercado) de 1.105,00.

A diferença entre o valor justo dos títulos disponíveis para venda e o seu custo de aquisição acrescido dos juros até 30/12/x8 ( $1.015 - 1.020 = - 5$ ) é registrada como ajuste de avaliação patrimonial:

D - Ajustes de Avaliação Patrimonial	
C - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	5

IF – Disp. p/ Venda		Receitas Financeiras		AVP	
1.000	5		20	5	
20					
1.015					

Gabarito: C

02. (Ciências Contábeis/Metrô/FCC/2012) O titular de uma opção de compra de 200.000 ações da Cia. Gama, com preço unitário de exercício fixado em R\$ 30,00, pagou um prêmio de R\$ 2,00 por ação para adquiri-la do lançador, quando a cotação da ação no mercado à vista era de R\$ 28,50. No vencimento da opção, o preço da ação no mercado à vista subiu para R\$ 33,50. Ao exercer a opção, o titular

- incorreu em um prejuízo de R\$ 5,00 por ação.
- auferiu um lucro total de R\$ 300.000,00.
- auferiu um lucro de R\$ 3,00 por ação.
- não teve lucro e tampouco prejuízo com a transação.
- se viu em dificuldades, porque teve que comprar ações no mercado à vista por um preço mais alto que sua venda.

Resultado: Valor de Mercado no Vencimento da Opção – Valor da Opção – Prêmio Pago

Resultado:  $(200.000 \times 33,50) - (200.000 \times 30,00) - (200.000 \times 2,00) = 300.000$

Gabarito: B

03. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) Considere as seguintes assertivas:

- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, serão avaliados pelo seu valor justo quando se tratar de aplicações destinadas à negociação.
- Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, sem nenhum ajuste.
- A diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada como amortização, quando corresponder à perda do valor de bens físicos sujeitos a desgaste.

Está correto o que consta em

- I, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

As mercadorias e produtos estão sujeitas a ajuste ao valor justo, quando inferior ao custo de aquisição ou produção. A amortização é aplicável a bens intangíveis. Gabarito: A

04. (Técnico/Cespe) Com base na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue os próximos itens acerca da contabilização de componentes patrimoniais e de resultado.

A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

( ) certo ( ) errado

Esse item parece equivocado ao mencionar a Lei das S/A (e não o CPC) sobre a recuperabilidade de instrumentos financeiros, já que a lei citada trata apenas da recuperabilidade do imobilizado e do intangível. Gabarito: certo.

05. (Técnico/Cespe) A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

( ) certo ( ) errado

Veja comentários ao item anterior. Gabarito: certo.

06. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) Em 31/08/x10, uma empresa aplicou suas disponibilidades em ativos financeiros, adquirindo 5 títulos no valor de R\$ 1.000,00 cada, e os classificou da seguinte maneira: 3 títulos como ativo financeiro “disponível para a venda futura” e 2 títulos como ativo financeiro “mantido para negociação imediata”. Estes títulos remuneravam à taxa de 1% ao mês e o valor de mercado de cada título 30 dias após a sua aquisição era de R\$ 1.008,00. Com base nestas informações, em 30/09/x10, a empresa registrou

- uma receita financeira de R\$ 46,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 6,00 (saldo devedor) no patrimônio líquido.
- um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo credor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 50,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo devedor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 16,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24,00 (saldo credor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 40,00, na DRE.

## Contabilidade Básica

1 – Títulos registrados como disponíveis para a venda:

Custo de aquisição:  $3 \times 1.000 = 3.000$

D - Instrumentos Financeiros

C - Disponibilidades 3.000

Em 30/09/x10:

Reconhecimento dos juros:

D - Instrumentos Financeiros

C - Receitas Financeiras –  $3.000 \times 1\%$  30

Registro do ajuste ao valor justo:

D - Ajustes de Avaliação Patrimonial

C - Instrumentos Financeiros =  $(1.008 \times 3) - [(1.000 \times 3) + 30]$  6

2 – Títulos registrados como mantidos para negociação imediata:

Custo de aquisição:  $2 \times 1.000 = 2.000$

D - Instrumentos Financeiros

C - Disponibilidades 3.000

Em 30/09/x10:

Reconhecimento dos juros:

D - Instrumentos Financeiros

C - Receitas Financeiras –  $2.000 \times 1\%$  20

Registro do ajuste ao valor justo:

D - Despesas Financeiras

C - Instrumentos Financeiros =  $(1.008 \times 2) - [(1.000 \times 2) + 20]$  4

Instrumentos Financeiros		Resultado		AVP	
3.000	6	4	30	6	
30	4		20		
3.000					
20					
6.040			46		

Variação no resultado =  $30 + 20 - 4 = 46$  (isso é o que a banca chama indevidamente de “receita financeira”, na verdade uma variação líquida, receita menos despesa).

Gabarito: A

Autor: Ricardo J. Ferreira

Ano: 2013

Edição: 10ª

Acabamento: capa flexível

ISBN: 978-85-7842-261-5

Páginas: 1.608

O Contabilidade Básica é um livro completo para você que, partindo do zero, precisa enfrentar os desafios dessa matéria, bem como para quem já deu os primeiros passos e quer dominar a disciplina.

Essa nova edição foi completamente reformulada para tratar mais amplamente dos principais pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que têm sido cobrados dos estudantes e concurseiros em todos os níveis: básico, intermediário e avançado.

O livro contém mais de 1.600 questões comentadas, das quais mais de 1.000 são apresentadas imediatamente após cada item teórico, o que facilita o entendimento e a fixação. As questões dispostas ao fim dos capítulos foram mantidas e atualizadas. Além disso, foram incluídas algumas novidades, como, por exemplo, um capítulo sobre Contabilidade Tributária.

Assim, a obra foi transformada em um verdadeiro manual de contabilidade, destinado a concurseiros, estudantes e profissionais da área contábil.



**Ferreira**